ATA DA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEXTA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 24-7-2020.

Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às treze horas e cinquenta e três minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Paulinho Motorista e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 279/19 (Processo nº 0652/19), de autoria de Mendes Ribeiro e Ricardo Gomes; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 008 e 081/20 (Processos nºs 0027 e 0208/20), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 080/20 (Processo nº 0200/20), de autoria de Adeli Sell; o Substitutivo nº 01, de autoria de Mendes Ribeiro, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 111/18 (Processo nº 1250/18). Também, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Mônica Leal, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 127/18 (Processo nº 1283/18). A seguir, o Presidente determinou a retirada dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 037/17 e 127/18 (Processos nºs 3208/17 e 1283/18) da priorização para a Ordem do Dia da presente sessão, em face de pedidos de realização de audiência pública acerca dessas proposições. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mendes Ribeiro, João Bosco Vaz, Aldacir Oliboni, Adeli Sell, Mônica Leal, Lourdes Sprenger e Prof. Alex Fraga. Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 016/18 (Processo nº 1043/18), por dezesseis votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser discutido por Prof. Alex Fraga, Felipe Camozzato, Valter Nagelstein, Karen Santos, Comandante Nádia, Cassiá Carpes, Adeli Sell, Cláudia Araújo, Cassio Trogildo e Idenir Cecchim e encaminhado à votação por Prof. Alex Fraga, Comandante Nádia, Aldacir Oliboni, José Freitas, Cassio Trogildo, Felipe Camozzato e Idenir Cecchim, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter

Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 183/18 (Processo nº 1396/18), por vinte e nove votos SIM, após ser discutido por Cassiá Carpes e encaminhado à votação por Reginaldo Pujol, Alvoni Medina, Prof. Alex Fraga, Cassio Trogildo, Engº Comassetto e Felipe Camozzato, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 065/19 (Processo nº 0131/19), por vinte e nove votos SIM, após ser encaminhado à votação por Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger e Cassio Trogildo, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário e Valter Nagelstein. Em continuidade, José Freitas formulou requerimento verbal solicitando alteração na ordem de priorização da matéria constante na Ordem do Dia para a próxima sessão legislativa extraordinária. Às dezessete horas e dezenove minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente sessão e da Sexta Sessão Legislativa Extraordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente ata, que, após aprovada pela Mesa Diretora, será assinada pela maioria de seus integrantes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e dois vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 13h53min: Havendo quórum, dou por aberta a 5ª Sessão Extraordinária.

Passo a palavra ao diretor Luiz Afonso, para que apregoe as matérias que foram encaminhadas à Mesa, para dar conhecimento ao plenário da Casa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos às proposições apresentadas à Mesa neste 24 de julho de 2020: Substitutivo nº 01, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, ao PLL nº 111/18; PLL nº 279/19; PLL nº 008/20; PLL

nº 080/20; PLL nº 081/20; Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, ao PLL nº 127/18. Essas são as matérias a serem apregoadas, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Suspendo a tramitação de dois projetos – PLL nº 377/17 e PLL nº 127/18 – cujas audiências públicas foram requeridas, e o faço cautelarmente, eis que essas audiências serão examinadas *a posteriori*, e, se realizadas, vão ter a suspensão, se não realizadas, devolver à Ordem do Dia os respectivos projetos.

Devolvo a palavra ao diretor legislativo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSBD) (Questão de Ordem): Boa tarde, Presidente Pujol; boa tarde a todos os colegas. Eu gostaria de um esclarecimento a respeito do pedido de audiência pública, pelo que entendi, da entidade representante dos servidores do Legislativo, com relação ao projeto de lei apresentado pelo Ver. Mauro Zacher, o qual tem emendas de minha autoria, da Ver.^a Cláudia Araújo, e uma mais recente do Ver. Ricardo Gomes. Como nós já estávamos em votação, já havia se encerrado a discussão, eu gostaria de um esclarecimento se esse pedido de audiência pública não é extemporâneo, se ele deve ser validado com o intuito de adiar a votação que já estava em andamento, até porque, caso tivéssemos uma audiência pública, a audiência pública, em tese, seria para promover o debate com a sociedade, com as entidades ou com as classes diretamente envolvidas e interessadas com o teor do projeto. Mas já que se encerrou o período de discussões, não haveria, em tese, uma possibilidade de se reformar o projeto como ele estava colocado, tampouco de apresentar novas emendas, o que seria, justamente, o caso específico e o objetivo maior de uma audiência pública. Então, sendo assim, já que a Lei Orgânica do Município não estipula o prazo, porém a função, o objetivo da audiência pública é esse e não poderia ser atendido pelo nosso Regimento Interno e também pela legislação, eu gostaria desse esclarecimento da nossa Mesa Diretora e da diretoria legislativa. Muito obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, o requerimento de V. Exa. será devidamente considerado quando examinarmos objetivamente os pedidos que foram encaminhados e que determinaram a suspensão por nós anunciada.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT) (Questão de Ordem): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Pujol. Eu quero fazer aqui a minha colocação, porque ontem, à tarde, nós já tínhamos aberto o processo de votação em relação ao projeto de minha autoria, que trata do pagamento do salário do prefeito e do vice posteriormente ao pagamento dos servidores municipais. Parece-me que há duas questões. A primeira delas é que a apresentação de emendas de cada vereador, embora legítima, carregam consigo uma certa inconstitucionalidade, o que já foi trazido ao

debate aqui. Então, me parece que é uma questão de haver um pouco de sensibilidade dos colegas vereadores em relação a isso, porque nós estamos tratando de questões diferentes no mesmo projeto. A segunda questão, embora eu também veja como legítimo o pedido de audiência pública, é um instrumento que tem sido usado por uma série de segmentos, quando surgem projetos polêmicos, a oportunidade de ampliar a discussão, de construir um certo tipo de mobilização para criar algum tipo de convencimento em relação à maioria para apresentar na Casa, Ver. Pujol, eu não me recordo de nenhum Presidente desta Casa ter acatado um pedido de audiência pública para um projeto já em andamento, e não encontro no Regimento amparo para isso. Por isso eu vejo, neste momento, embora, se tivesse sido feito anteriormente, nós poderíamos avaliar a situação, a necessidade de audiência pública, mas me parece que a questão da inconstitucionalidade em relação às emendas é muito superior e acaba sendo a audiência pública uma estratégia, embora legítima, que os trabalhadores e o sindicato têm todo direito de pedir, mas não encontro, na história dos presidentes que lhe antecederam, algum que tenha aceitado um pedido de audiência pública no andamento, na tramitação do projeto que já está sendo discutido, como também não encontro respaldo no Regimento para uma audiência pública neste momento. Faço a minha manifestação, acho que nós estamos prejudicando, neste momento, o bom andamento, o bom debate dos projetos que a Casa tinha intenção de trabalhar neste período, construir uma agenda positiva de aprovação de projetos. Então, reconheço a legitimidade das agências públicas, no entanto, nós já iniciamos o período de votação. Feito meu registro, eu peço a sensibilidade do Presidente e dos colegas vereadores para que nós sigamos com a votação das matérias em que já teve início o processo de discussão.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Antes de dar continuidade, eu quero anunciar que recolho respeitosamente as razões levantadas pelo ilustre Ver. Mauro Zacher. Reafirmo que a atitude da Mesa é cautelar, não tem exame ainda do mérito do requerido, pode ser mantido, substituído ou rechaçado, quando da deliberação definitiva e, nessas condições, não entendendo que há uma impugnação formal à decisão preliminar por nós tomada. Mantenho a decisão e recolho os argumentos solicitados para, no exame do mérito do pedido, levar em conta a sua manifestação, agradecendo ao Ver. Mauro Zacher pela sutileza, inteligência e elegância com que colocou as suas posições.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD) (Questão de Ordem): Vereador Pujol, boa tarde, vereadores e vereadoras, boa tarde. De fato, há um lapso no nosso Regimento, que eu até achei que seria saneado, quando nós criamos uma comissão da revisão do Regimento Interno da Casa, que é a não delimitação de um prazo para apresentação de um requerimento de audiência pública. Quanto a isso, há um branco no Regimento Interno da Casa que acho que fragiliza a todos nós, porque, a qualquer momento, hoje, na verdade, pode ser pedido, inclusive de um processo que está na ordem do dia em votação, a audiência pública e a sua não realização sujeita a, pelo menos, um questionamento com relação a... (Problemas técnicos no som.) Eu

lembro os colegas que está acontecendo com relação ao projeto Escola sem Partido, por exemplo, que está *sub judice* exatamente porque já tinha havido uma reunião pública, convocação inclusive; esse projeto da escola tinha tido dois momentos de discussão que nós podemos compreender como a realização de audiência pública ou não: ele foi discutido na CCJ, houve uma convocação, várias entidades participaram, e depois houve uma reunião pública na Câmara de Vereadores promovida pela CECE a oportunidade. Esse assunto, volto a dizer, está *sub judice*.

Eu queria um esclarecimento do diretor Luiz Afonso, que eu havia pedido, com relação à priorização de um projeto de lei de minha autoria que libera a venda das cervejas artesanais produzidas em Porto Alegre nos eventos da cidade. Eu não vi o senhor apregoá-lo, gostaria de saber se está no rol dos projetos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Com respeito à sua solicitação, o seu projeto de fato entrou no aditamento do edital de convocação, ele está adequadamente priorizado e deverá ser enfrentado na próxima semana.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Muito obrigado, agradeço o esclarecimento.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Encerrado esse pormenor, eu quero informar o seguinte – eu simplesmente vou ler o que está estabelecido no art.103 da nossa Lei Orgânica do Município. (Lê.) “Art. 103 – As entidades de âmbito municipal, ou se não o forem, com mais de três mil associados, poderão requerer a realização de audiência pública para esclarecimentos sobre projetos, obras e outras matérias relativas à administração e aos Legislativo municipais. § 1º – Fica o Poder Executivo ou Poder Legislativo, conforme o caso, obrigado a realizar a audiência pública no prazo de trinta dias a contar da data de entrega do requerimento.” Vejam os senhores, nesta breve leitura, que o Ver. Valter Nagelstein tem toda razão quando nos deixa claro que o Regimento não esclarece com objetividade os momentos em que essas audiências podem ser solicitadas e, ao contrário, nessa afirmação peremptória de obrigação, fato esse que nós estamos examinando com mais profundidade, se essa obrigação pode ser posicionada em um determinado momento e se o fato do posicionamento ser realizado durante determinados períodos do andamento e da tramitação do processo possa ensejar ou não o seu acolhimento. Então, eu peço que todos compreendam que, com cautela e com responsabilidade, nós estamos apenas recebendo esses pedidos e atendendo cautelarmente os efeitos supressivos do pedido, o que não implica que aceitamos o acolhimento de forma integral ou parcial, o que só ocorrerá quando nós emitirmos definitivamente a posição da Casa, que não será açodada, nem tardia, nem irresponsável e nem inquestionado, podendo, inclusive, se for o caso por assim ocorrer, ser objeto de recurso e de questionamento das partes interessadas. Julgo esse assunto encerrado e devolvo o comando dos trabalhos ao Dr. Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Questão de Ordem.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente; boa tarde colegas vereadores e colegas vereadoras. Eu gostaria de informar que eu entrei com uma subemenda, ontem, no final da tarde, retirando a questão da ata do meu projeto e, sendo assim, o pedido de audiência pública perde o objeto. Obrigada.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Tendo conhecimento da sua intenção e acho que, inclusive, é uma das razões pelas quais eu entendo que não posso, com relação ao pedido do Secovi, tomar uma decisão de imediata a respeito do requerido, em função de que preciso ver as argumentações e as justificativas e aí definirmos. Muito obrigado pela sua colaboração.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Boa tarde, Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; colegas vereadores, público que nos acompanha nesta sessão de sexta-feira. Eu fui pego de surpresa com um pedido de audiência pública sobre o meu projeto, um substitutivo meu e do Ver. Felipe Camozzato sobre a transparência das obras públicas na cidade de Porto Alegre. O que me chamou atenção é que foi um pedido sem justificativa, sem mérito algum e que tudo indica de um CC da Prefeitura. Esse pedido foi feito tanto para o meu projeto como para o projeto do Ver. João Bosco Vaz sobre as quadras da orla do Guaíba. Quero dizer que tenho muito apreço e respeito pelo prefeito Marchezan; sou da base do governo, nunca deixei de falar isso publicamente e ajudei a votar projetos importantes para a cidade, inclusive os impopulares, contra o que eu penso e o que eu acredito, mas por entender que eram projetos importantes para a gestão do prefeito Marchezan. Apreendi a fazer política buscando diálogo com consenso, construindo pontes e não as implodir. Acho que o diálogo e a construção na política são essências para que a gente chegue num objetivo que é o bem comum. Sou de uma família de políticos, sim; meu avô foi vereador de Porto Alegre, deputado federal constituinte; meu pai, com muito orgulho, foi vereador de Porto Alegre, secretário estadual de segurança, deputado estadual, deputado federal, Chefe da Casa Civil do governo Brito, Ministro da Agricultura e relator da Constituição Estadual de 1988. Eu tenho muito orgulho e muita responsabilidade com o que eu represento hoje na política, com a minha família, com os meus eleitores e com a cidade onde eu vivo que é Porto Alegre. Vou fazer política sempre com bom senso, sempre com lealdade e sempre com aquilo que eu acredito que é o bem comum, o bem da população, o bem da cidade e a qualidade de vida do cidadão porto-alegrense. Eu quero dizer aqui bem claro para o governo que eu não terceirizei o meu mandato. Não terceirizei o meu mandato! Não podemos confundir parceria com submissão. O governo acha que o vereador que tem parceria e acordo, é da base, o seu mandato deve ao governo Executivo. Eu quero que

fique registrado aqui que não é verdade, não vou aceitar cobrança sem diálogo, sem justificativa e sem respeito aos meus 6.700 votos que me elegeram vereador da cidade de Porto Alegre. Quero aqui pedir desculpa aos meus colegas de bancada, ao Ver. Reginaldo Pujol que vem presidindo magnificamente diante deste momento difícil que nós estamos enfrentando; ao Ver. Ricardo Gomes, nosso vice-líder da bancada; à Ver.^a Comandante Nádia, mas eu me senti no direito de fazer este desabafo. Vocês têm que respeitar os nossos mandatos, têm que respeitar os nossos votos e têm que respeitar o que nós representamos na cidade de Porto Alegre. Nós pensamos, nós entendemos política de uma forma, tentamos construir, sim, uma vida melhor para a cidade de Porto Alegre. Eu volto a repetir, eu sempre fui vereador parceiro, desde o começo quando eu era do MDB, no qual tenho muito orgulho. Estão aí o Ver. Idenir Cecchim, que foi meu líder, a Ver.^a Lourdes Sprenger, no momento, no início da minha gestão, eu era o único a favor de integrar o governo e fortalecer as políticas públicas para cidade de Porto Alegre. Eu entendia que nós tínhamos que agregar e juntar forças para que Porto Alegre tivesse sucesso nas suas políticas públicas porque quem vai ser beneficiado vai ser o cidadão de Porto Alegre.

Hoje tem uma expectativa muito grande em nós, políticos, infelizmente ainda somos uma classe contestada diante da população, a minha vida na política faz com que as pessoas tenham outro pensamento, que a política é necessária, é importante e que elas aprendam a confiar nos políticos que elegem. Nós temos que fazer política de forma sensata, coerente, respeitosa, e eu vou trabalhar sempre para o melhor da população de Porto Alegre naquilo que eu acredito, que eu penso e o que eu entender melhor para a cidade de Porto Alegre. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Eu vou seguir nesta toada do Ver. Mendes Ribeiro, líder do DEM. Como é triste a gente fazer política com alguém que esteja no comando da Prefeitura que faça política com ódio, que faça política com raiva, que faça política com o fígado, que não queira diálogo, não conversa, e eu estou dizendo isso para me referir ao meu projeto que o Ver. Mendes Ribeiro citou agora. O novo trecho da orla que está sendo revitalizado pelo prefeito Marchezan terá 27 quadras esportivas. No ano passado, descobrimos – está aí o Ver. Paulo Brum que está junto nessa nossa luta – que não há no projeto uma única quadra com acessibilidade para que a pessoa com deficiência possa praticar esporte, tanto que realizamos na Câmara uma Tribuna Popular com a Associação de Cegos. Eu fui no prefeito Marchezan, levei a cópia do projeto para ele, e ele se surpreendeu: “Mas como não tem acessibilidade!” E eu disse: “Prefeito, acessibilidade que tem no projeto é para chegar no local.” Agora, uma quadra que os cegos, por exemplo, possam jogar futebol e que a bola não saia não tem nenhuma com acessibilidade. “Ah, tu tens razão.”

Fiz um projeto simples dizendo que uma das quadras tem que ter acessibilidade. Eu não estou mandando fazer a quadra. Vou repetir, estão sendo feitas 27 quadras. O que nós queremos é que uma das quadras tenha acessibilidade para o cadeirante poder jogar basquete, poder jogar tênis; para os cegos poderem jogar futebol. Isso custa 15, 20 mil reais, é colocar as bandas em volta da quadra para que a bola não saia. Para minha surpresa, recebi, de dentro do governo, a informação de que o prefeito deu ordem para não fazer acessibilidade. Eu entrei, então, com um pedido para que o meu projeto fosse indicado para ser votado agora, e estava para ser votado ontem. Aí, o que aconteceu? Um ex-funcionário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte, do PSDB, candidato a vereador, cadeirante, entrou com um pedido de audiência pública. Mas eu não estou mandando construir nada; aliás, para fazer este projeto – inclusive o Ver. Paulo Brum, no dia da Tribuna Popular, manifestou-se em apoio. Eu falei com o coronel Guacir, que é cadeirante, que é presidente da Associação dos Servidores da Segurança Pública Portadores de Deficiência – Asasepode -, e agora ouço aí – o Presidente Pujol leu o art. 103 da nossa Lei Orgânica do Município, dizendo que uma entidade que não seja pública, que seja privada, para pedir audiência pública, tem que ter mais de três mil associados. E esta entidade não tem. O que vai acontecer com isso aí? Uma audiência pública inócua, porque eu não estou mandando construir nada, só estou pedindo que favoreça quem for considerado PcD, só isso. Vai acontecer o quê? Nós não vamos votar este projeto; o governo não vai fazer, e os cadeirantes, os cegos, quem for PcD, não terão a quadra com acessibilidade. Bom, se o governo Marchezan quer me dar discurso, quer que eu vá para as redes sociais, quer que o Ver. Paulo Brum, que é da base, mas que comanda esse segmento, vá para as redes sociais, quer que o coronel Guacir, presidente da Asasepode, vá para as redes sociais, nós vamos ir para a imprensa então. Não sou que perco com isso: a quadra não ter acessibilidade. Não tem custo – as quadras estão lá, são 27, uma só, uma quadrinha só tem que ser adaptada, é isso. O projeto é simples. Aí, o governo mandou esse menino, CC do PSDB, candidato a vereador, pedir uma audiência pública. Bom, se é isso que o governo quer, mas eu já entrei com pedido de recurso à Mesa, ao Sr. Presidente, expondo tudo isso. Quero que os próprios vereadores entendam isso aí. Se fosse eu pedir lá para construir uma quadra, para fazer isso; eu nem posso pedir, mas se eu tivesse feito. Não, tem que ter uma audiência pública. Muito bem, vamos fazer audiência pública. Agora, este menino, que nem conheço, colocou no ofício que nós temos que ser ouvidos. Este projeto está desde o ano passado, ouvimos todos os segmentos, é um projeto para favorecer, não é para atrapalhar, não é para ter pai da criança. É isso, Sr. Presidente, infelizmente estamos tratando com um prefeito que tem ódio no coração, que faz política com o fígado e que usa, inclusive, as pessoas da base, os vereadores da base, como se referiu agora, a esse prefeito, o Ver. Mendes Ribeiro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, vereadoras. A palavra em liderança do Ver. Mendes acabou ensejando a manifestação de alguns vereadores. Para nós, é claro e preciso, nobre Presidente, na medida em que Vossa Excelência oportunizou a todos os vereadores, no período de recesso, a votação de, no mínimo, um projeto de lei de cada vereador, mas devido a essas enxurradas de pedidos de audiências públicas, o processo todo pode ser prejudicado. Mas, na medida em que Vossa Excelência lê o art. 103 do Regimento Interno, creio que é claro e preciso que, pelo que se percebe, nenhum dos pedidos de audiência pública têm mais de três mil associados. Portanto, temos a esperança de que, a partir de segunda-feira, voltaremos à pauta normal, caso contrário, Presidente, cancele, dê o direito de os vereadores ter uma semana de recesso então, para não ficar uma semana, de novo, brigando com o próprio governo quando disse ontem, através das suas lideranças, tanto o Mauro como o Ramiro, que não havia solicitações de audiências públicas do governo. O Ver. Mendes acaba de revelar aqui que, num de seus projetos, o próprio governo pede audiência pública. O governo não dialogou com a sociedade durante três anos e meio; agora ele mesmo pede audiência pública para uma iniciativa de um vereador da sua própria base – o Mendes acabou assumindo aqui que é da base. Portanto, não é surpresa quando o prefeito, além de não dialogar com os seus, como não dialogou com o vice-prefeito, mandando ele se retirar do Paço Municipal, perdeu na justiça, agora mostra sua face com os próprios vereadores da base. Não é diferente – veja o que aconteceu, nesta semana, na FASC, com a contratação do Instituto Renascer. Quem é o presidente do Instituto Renascer? É o filho do secretário de assistência social do próprio governo. Isso dá improbidade administrativa! Mas o povo de fora não entende isso e pergunta quando é que vamos tirar o Marchezan do Paço? Quando é que vai ter o impeachment? Foram encaminhados vários pedidos, neste ano, com pouca consistência, mas muitos deles, como, por exemplo, o do Banco de Talentos, em que o Ver. Robaina é presidente da CPI – não andou! Não andou por causa da pandemia, senão já tinha fato determinado. E agora, vai dar tempo para o Marchezan responder pelos seus erros? A sociedade cobra e muito. E parece que não cai a ficha para o prefeito sobre essa rejeição enorme que ele tem. Infelizmente, nós estamos em um governo municipal que não dialogou com a sociedade, só implementou mudança para o capital, privatizando, terceirizando, abrindo concessão e, agora, com o pacote, quer favorecer os empresários do transporte público, coisa que ele sempre fez, beneficiou dando reajustes, tornando a passagem a mais cara do País por três anos consecutivos, assinando a aprovação do reajuste aprovado no Comtu, portanto, não é surpresa para a oposição. Essa pimenta, Bosco, que nós estamos percebendo, que agora é saboreada também por alguns vereadores da base, nós percebemos nos três anos e meio, quando a Câmara não foi valorizada e nem mesmo os vereadores. Alguns vereadores da base tiveram êxito porque aprovaram muitos projetos – isso porque eram da base, porque os da oposição e outros que hoje se identificam como contrários ao Marchezan, seus projetos podem até passar na Câmara, mas são vetados. Então, Mendes, para nós, não é surpresa. É importante que se diga que nunca tivemos um prefeito dessa natureza, que não dialogasse com o Legislativo, não valorizando o Legislativo, só quando da

aprovação ou nos pacotes que ele mandou. Por isso a decepção é mais que unânime hoje na cidade. Portanto, lamentavelmente, na política não tem espaço para ingenuidade.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder,

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caro Presidente Pujol, colegas vereadoras, vereadores. Sexta-feira com sessão é importante, sim, para a Câmara. Eu sou daqueles que acham que a gente tem que se reunir na semana que vem nos cinco dias - estarei aqui porque acho que os debates são acompanhados por muitos segmentos da sociedade -, eu sou daqueles que valorizam a democracia. Não há nenhum senão quanto a pedidos de audiência pública, mas que sejam feitos dentro de critérios regimentais. Eu fui (Problemas técnicos no som.), junto com a Ver.^a Mônica, por uma instituição que já provei, desmascarei, mostrei que era praticamente fictícia, *pro forma*. Essas pessoas já recuaram; outros vão recuar. Acho que foi muito bem-posto pelo colega Pablo Mendes Ribeiro a pessoa que fez o pedido, está claro, está evidente a intencionalidade da pessoa. No mesmo diapasão foi, de forma serena e tranquila, a exposição do colega João Bosco Vaz; por isso, talvez pela idade, pelo tempo, eu quero me somar àqueles que acham que é muito melhor, neste momento, nós constituirmos uma maioria em defesa da civilidade, em defesa da democracia interna, sejamos nós, de posições políticas e ideológicas muito diferenciadas, mas temos algo em comum: a soberania do Parlamento local. O Paço Municipal não tem o condão de nos colocar de joelhos, a escravidão passou, a servidão também. Já disse algumas vezes que o chefe do Executivo neste País não é rei, não tem coroa. E, nas questões de organização do Estado brasileiro, nós temos três poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, e temos as esferas federal, estadual e municipal. Então, nós devemos respeito, de um lado, ao Executivo, desde que ele não transborde, não passe o rubicão, mas não é isso que tem acontecido durante a gestão desse cidadão, desse senhor que hoje se acha o rei do Paço, não somente do Paço, mas da cidade. Quando nós levamos, desde o início, ao conhecimento dele e do público de que deveria seguir alguns protocolos que nós havíamos estudado a partir da Organização Mundial da Saúde, ele nada fez. Hoje, estamos na iminência de um *lockdown*, de um lado nenhuma fiscalização, como já foi colocado aqui por inúmeras pessoas, quanto a parques, praças, a aglomerações, vendas irregulares, ilegais, nefastas no Centro de Porto Alegre, em frente ao Mercado Público. O Mercado Público, que tem areação natural, não mecânica como tem os supermercados, havia inclusive a medição de temperatura, havia fila, havia cordão de isolamento em frente às bancas, está fechado! O prefeito não quer negociar com os permissionários uma suspensão temporária do pagamento dos aluguéis, porque as pessoas, às vezes, não sabem, falam besteiras nas redes sociais, dizendo que pagam umas merrecas, não é verdadeiro. Eu lembro que os mercadeiros pagaram o PPCI, R\$ 1,5 milhão, pagaram tudo que é tipo de reforma cotidiana há seis, sete, oito anos –

todas! Em relação ao Mercado Público, ninguém sabe, o Ver. Felipe Camozzato está fazendo uma diligência sobre as questões dos PIs, dos PPs, eu me somei a ele, elogiei, acho que o vereador está na sua missão.

Eu fui verificar agora a nossa lista, nós temos uma planilha, é algo espantoso, nunca antes na história de qualquer Executivo nós tivemos um desdém. Agora é o seguinte: nós temos o Ministério Público, pelo qual podemos fazer ações, e o prefeito pode ser condenado. Não pensa ele que vai passar o tempo inteiro atacando este Legislativo sem ter uma resposta à altura, porque nós temos também o domínio da legislação e nós temos um cargo a ser zelado. Por isso que nós vamos tomar todas as medidas, Ver. Pujol, para que a atividade parlamentar não seja tisonada, não seja afrontada, que o senhor tenha a condição de levar adiante esse processo e imediatamente, com a Mesa Diretora, com a lideranças partidárias, discutir e buscar os elementos de quem é representativo, para o seu pedido de audiência pública, e quem não é, quem está dentro do regramento que nós temos que respeitar e quem não está. E segue a Câmara Municipal de Porto Alegre trabalhando em respeito e a dignidade da pessoa humana e em respeito a quem paga tributos nesta cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): É interessante como os velhos ditados sempre têm peso: o tempo é o senhor da razão. O Progressista, o PP foi o partido que deu a viabilidade, a garantia de eleição ao prefeito Nelson Marchezan Júnior e ao vice-prefeito Gustavo Paim, como o nosso indicado; além de emprestar ao prefeito toda a competência e o conhecimento jurídico e eleitoral, foi de uma lealdade ao ponto de submeter-se à defesa de projetos que contrariaram até premissas programáticas do partido. O PSDB, no Município, assim como ocorreu no Estado, deve as suas eleições às coligações e, com toda a certeza, na maior escala aqui, em Porto Alegre, ao Progressista. Mesmo durante o período pré-eleitoral, os nossos melhores quadros partidários forneceram todos os subsídios e informações de gestão municipal que o então deputado federal Marchezan Júnior não conhecia ou tinha pouquíssima familiaridade, numa coligação realizada e com os compromissos assumidos para tal, nesse caso, pelo próprio candidato Marchezan Júnior, o projeto de governo é uma construção de gestão, somando-se visão técnica e visão política. Desde a transição de governo, registramos um modelo e um estilo autocrático e centralizador. Muitos dos nossos quadros que serviram para dar total suporte à campanha e garantirem a expressão eleitoral obtida foram preteridos sem nenhuma razão técnica, nem mesmo por falta de competência, mas por uma opção e justificativas monocráticas. Mesmo assim, o nosso vice-prefeito Gustavo Paim se manteve, por um longo período, respaldando muitas decisões e prestando seu apoio. Da mesma forma, os nossos quadros partidários respeitaram, até julho de 2018, o governo que afinal fomos os responsáveis por eleger.

Em relação às benesses, que muitas vezes eu vejo o líder do governo, de forma velada, atirar em cima de líderes progressistas, não as reconhecemos como da forma colocada, melhor seria retribuição ao árduo trabalho e dedicação dos nossos técnicos e agentes políticos. Mesmo em relação aos outros partidos que não chegaram desde a primeira hora, isso é normal, mas foram recebendo os seus espaços, o prefeito também destrata, como bem aí está o depoimento do jovem Ver. Mendes Ribeiro. Todos assistiram a flagrantes ataques, redução e desqualificações do Progressistas pela gestão medíocre das lideranças do PSDB que foram implantando em Porto Alegre. Ora, senhores e senhoras, toda a cidade de Porto Alegre sabe que nós participamos de muitas outras gestões da Prefeitura, sempre respeitados, colaborativos e engrandecidos pela qualidade dos nossos quadros técnicos e partidários, mas em todas as gestões fomos respeitados e tivemos os pactos e os projetos de gestão respeitados, compartilhados e cumpridos de forma coerente e respeitosa, sem trapaças, com fidelidade na forma e propósitos. Eu tenho 20 anos de vida política, 12 anos de assessoria na Câmara Municipal, já vi muitos prefeitos, da oposição, da situação, e nunca, em toda a minha história política, eu assisti um comando da capital com um prefeito tão desequilibrado, tão raivoso, tão revanchista e tão desrespeitador como o prefeito Nelson Marchezan Júnior. Mas novembro está aí, se Deus é porto-alegrense, nós vamos, sim, ter a limpeza do Paço Municipal. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde Presidente, vereadores e vereadoras. Aproveitando a oportunidade de tantas manifestações, também não poderia deixar de fazer a minha, principalmente em relação às ocorrências que se observam no governo municipal: apresentamos os nossos projetos, depois, vem outro projeto do Executivo com o mesmo teor, como aconteceu comigo em relação à SMAMS. Eu tenho um projeto tramitando desde de julho do ano passado, aí fizeram um decreto, que não tem força de lei, e aprovaram, com muitas propagandas, com o mesmo teor do meu projeto – começou aí. Em relação às emendas impositivas, trabalhamos, fizemos um trabalho técnico, porque eu venho de origem técnica – estou somente há sete anos na política –, aí veio uma resposta que dizia: “Impossibilidade de ordem técnica para a execução das emendas”. Vejam bem, nós temos esse direito, vamos dizer, constitucional, que o Ver. Cassio Trogildo trabalhou tanto para termos essas aprovações, aí veio essa contestação, posteriormente, a reclamação de que os planos indicados não estavam de acordo. Vou dar só um exemplo, a Santa Casa não sabe fazer um plano de captação de recursos? Isso é brincadeira. A Santa Casa é um dos órgãos que mais captam recursos. Por uma questão de gratidão por tudo que fazem, tinha encaminhado uma emenda à Santa Casa, entre tantas outras, e a coisa ficou, não vou pagar, e fica por isso mesmo. Será que fica por isso mesmo? Temos que ter respeito, como foi dito, pelo trabalho do Legislativo e colaboração também. Se querem a nossa

colaboração, também colaborem, também façam a sua parte. Vieram muitos recursos para a saúde para dizer que essas nossas pequenas emendas vão fazer falta na saúde. Essa foi uma das grandes decepções que tive até agora. A segunda, mandar derrubar um projeto meu. Então, a partir desses fatos dessa gestão que a gente começa a repensar apoios, a repensar as intenções de projetos, a repensar tudo em função do que já aconteceu. Da minha parte, foi isso que comecei a reavaliar, nada da causa que defendo está a contento, a secretaria responsável faz um paliativo com CCs que poderiam fazer mais se tivessem conhecimento, se tivessem expertise. Então, nós temos a cada dia mais pedidos, mais despesas com o que não é atendido por essa secretaria. A minha fala é sobre o governo, falando do governo municipal. O outro fato foi sobre o que o colega Oliboni falou a respeito de um secretário. Acho que é simples, todos têm direito à defesa, se usou da má conduta ou o que quer que seja, que seja apurado e seja exonerado. A minha posição é essa, todos conhecem, sempre assinei todas as CPIs porque faz parte da minha carreira profissional também esse tipo de trabalho. Então, era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores vereadores; muito obrigado, Presidente Reginaldo Pujol. Gostaria de parabenizar a fala da Ver.^a Mônica Leal em Comunicação de Líder. Essa é a atual situação da nossa Prefeitura, talvez, o PP, que integrava a base do governo, que foi determinante para a eleição do prefeito Nelson Marchezan Júnior, tenha percebido a falta completa e total de diálogo e capacidade de escutar do prefeito que nós, vereadores integrantes dos partidos de oposição, desde o início desde governo, temos sentido na pele, a incapacidade de escutar os 36 representantes da população de Porto Alegre, porque a população de Porto Alegre não é aquela que elegeu o Sr. Nelson Marchezan Júnior prefeito desta cidade, e ele não é prefeito apenas dos seus eleitores, ele é prefeito de todo o povo, de todos os cidadãos desta cidade, a capital dos gaúchos e, portanto, deveria governar para todos, mas infelizmente, virou as costas para o povo, virou as costas para o Legislativo e tem governado, nesses tempos de pandemia, em uma situação de calamidade pública, por decreto. Isso é terrível. No momento em que se constrói algo dessa natureza, nós, infelizmente, perdemos a capacidade de dialogar amplamente com a população e perceber os seus reais anseios, as suas reais necessidades. Hoje, de manhã, recebi uma mensagem, nas redes sociais, me questionando sobre a possibilidade de restrição de trânsito dos veículos automotores na nossa cidade. Afirmei ao meu amigo que não tinha a menor noção do que era isso porque não tinha chegado nenhum tipo de projeto à Câmara Legislativa, não tinha chegado nenhum tipo de ofício, nenhum tipo de comunicação formal por parte do Executivo, e ele me informou logo após: dá uma olhada nos jornais. Abrindo os jornais

de grande circulação, percebi que a Prefeitura, através do Comitê Temporário de Enfrentamento ao Coronavírus está debatendo formas de restringir a circulação de veículos automotores na nossa cidade. Quem compõe esse Comitê? A Câmara de Vereadores indicou representantes para atuar dentro desse órgão ou são somente os vereadores que o prefeito gosta, com quem tem maior afinidade? Esse tipo de órgão deveria ser amplamente representativo dos cidadãos de Porto Alegre, e não dos amigos do prefeito. Me desculpem, colegas vereadores, eu não fui comunicado nem convidado a fazer parte, gostaria muito, eu tenho boas opiniões, boas sugestões para o enfrentamento dessa crise, assim como todos os demais integrantes desta Casa Legislativa também o têm. Gostaria de ser ouvido, não sei quem compõe, quem representa o Legislativo Municipal, mas acredito que há um vácuo muito grande em termos de representatividade neste governo e uma clara expressão disso é a pulverização de candidaturas que teremos, no pleito de novembro neste ano, a base que sustenta o prefeito Nelson Marchezan Júnior está se esfacelando. Será que é por que não confiam mais no prefeito? Será que é por que o prefeito também não os ouve? Será que é por que perceberam que ele virou de costas para a cidade? Essa é a nossa dura realidade, mas temos que fazer o enfrentamento, e esta Casa Legislativa não pode ser servil, não pode aceitar passivamente os mandos e desmandos do prefeito Nelson Marchezan Júnior. A independência dos Poderes, garantida pela Constituição Federal do nosso País, lá de 1988, determina que nós sejamos um Poder independente, um Poder fiscalizador e em harmonia, palavra que não existe, deveríamos contribuir para o governo da cidade de Porto Alegre atendendo aos interesses dos cidadãos desta cidade. Gostaria de, neste momento, fazer esse desabafo, deixar essas palavras para reflexão, não somente dos colegas vereadores que integram as dezesseis cadeiras representativas do povo de Porto Alegre, mas também para a população que está nos assistindo. Não dá mais, esse senhor não tem condições de governar a nossa cidade, está fazendo uma tremenda bagunça, está levando a população mais pobre a penúria, a passar fome. Enquanto ele vem à Câmara de Vereadores dizer boas palavras, bonitas palavras, dizendo que está distribuindo alimento para a população, nós estamos acompanhando o que está sendo feito com os recursos públicos, os alimentos que estão sendo distribuídos não duram sequer duas semanas para as nossas famílias, e isso não é ajuda, isso é esmola, e o povo de Porto Alegre não merece isso. Um grande abraço a todos, e sigamos as nossas discussões e debates.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e nove vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 14h58min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1043/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 016/18, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, Ver^a Fernanda Melchionna e Ver^a. Karen Santos, que inclui al. j no inc. XVI do *caput* do art. 76, inc. XI no *caput* do art. 141 e art. 153-A na Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 – que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre, e alterações posteriores – dispendo sobre afastamento e licença para doação de leite materno. (SEI 087.00030/2020-00)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela rejeição do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Claudia Araújo: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 22-07-20 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLCL nº 016/18. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores e colegas vereadoras; muito obrigado, Presidente Reginaldo Pujol. Este projeto talvez vá dar um pouquinho mais de trabalho para a diretoria legislativa, caso seja aprovado, porque ele tem a mesma natureza do projeto, aprovado no ano passado, da Ver^a Fernanda Jardim. Cabe lembrar que o projeto da Ver^a Fernanda Jardim garantiu licença para os servidores públicos municipais adotantes de crianças. É um projeto, basicamente, com a mesma essência, porém o tema é diferente. Então, como houve a aprovação do projeto da Ver^a Fernanda, que nós, recentemente, a Câmara de Vereadores derrubou o veto do Prefeito Nelson Marchezan Júnior e manteve o projeto e a brilhante iniciativa da Ver^a Fernanda Jardim, agora integrante da bancada do Democratas, como uma lei do nosso Município. Nós sabemos que os bancos de leite materno, na cidade de Porto Alegre, não conseguem, infelizmente, atender toda a demanda necessária por parte, principalmente, da grande quantidade de bebês

prematturos que nascem em nosso Município. Eles são a população atendida principalmente por esse projeto, que visa estimular as doações. Infelizmente, nós não temos uma grande quantidade de lactantes doadoras nesta cidade, e a natureza desse projeto é conceder, às servidoras públicas do nosso Município, um dia de licença por mês que doarem leite para os bancos de leite materno dos hospitais da nossa cidade. É um dia apenas por mês de doação, algo que impacta minimamente nas licenças do Município de Porto Alegre, mas poderia ter um altíssimo potencial atraindo possíveis doadoras. Como professor de biologia e estudioso da área das ciências da natureza e da saúde, eu vejo com extrema preocupação a alimentação dos bebês prematturos apenas com leites sintéticos, como fórmulas industrializadas. Existe uma grande quantidade de anticorpos que são transferidos através do leite materno para esses bebês, justamente no momento em que seu sistema imunológico ainda não está maduro e suficientemente forte para lidar com determinadas doenças que podem parecer banais, como por exemplo, doenças de ouvido, as otites, doenças infecciosas do trato respiratório. E o aleitamento materno, ao transferir esses anticorpos para os bebês recém-nascidos, cria uma barreira imunológica que os protege nesse momento tão frágil das suas vidas. Portanto, eu peço a compreensão e o apoio de todos os vereadores e vereadoras desta Casa Legislativa para a aprovação deste projeto. É um projeto que versa não única e exclusivamente sobre licenças; é um projeto que versa principalmente sobre vida e saúde de pessoas que, no início da sua vida, estão bastante frágeis e precisam de um aporte de recursos, precisam de um aporte de ajuda, de auxílio para que possam, em plena saúde, conseguir se desenvolver e chegar à infância, chegar à vida adulta, como cidadãos da nossa cidade. Eu gostaria de agradecer a atenção de todos que acompanharam a minha fala inicial. Um grande abraço, e sigamos os nossos trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde, colegas, Presidente, a todos que estão nos ouvindo. Eu acho que é um projeto bem importante. Ver. Alex, eu estava ouvindo a sua fala, já tinha conhecimento do projeto, já tinha tido a oportunidade de estudá-lo com mais profundidade quando a Fernanda o protocolou e começou a tramitar. Muito embora eu ache extremamente relevante o tema, acho que o mérito do projeto é indiscutível, os benefícios do aleitamento materno. Mas o projeto tem um problema que é justamente você conceber um benefício, com recurso público, ao responder a um ato voluntário de doação, premiando com folga, com um tipo de premiação. Obviamente, o servidor público que recebe recurso público, quando está afastado das suas funções, está, de certa forma, tendo folga da sua atividade com recurso do pagador de impostos. Então, eu acho que tem um pequeno problema nessa questão, e poderia se pensar em formas alternativas de poder incentivar esse comportamento e, por isso, eu falei da importância do mérito do projeto. Fiz questão de

usar, no tempo de discussão, esse espaço para poder divergir, talvez, da forma como está posto, para que a gente pudesse, eventualmente, construir uma alternativa se assim entendessem. Mas eu tenho alguma dificuldade em concordar que nós devamos usar o dinheiro do pagador de impostos em forma de folga. É por um ato voluntário, já que o servidor também poderia se afastar em outros momentos do dia para fazer a doação, esse ato de voluntariedade, seja no almoço, seja fora do horário de expediente, como são realizados outros atos de caridade muito importantes, especialmente na pandemia. Estamos vendo vários deles sendo realizados por todos nós, vereadores, pela sociedade civil, e que não necessariamente redundam em benefícios, folgas, e por aí vai. Então, fica esse comentário no intuito de contribuir, de agregar para que, quem sabe, a gente possa construir uma política pública melhor. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/18.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Olha, eu quero cumprimentar também os vereadores que estão propondo, por trazerem o tema. Eu acho que, sim, é importante, mas eu vou na mesma linha do Ver. Camozzato. Eu acho que esses atos de voluntariado, de benemerência melhoram a vida, melhoram a sociedade, mas não me parece a forma adequada nós fazermos com que o contribuinte, o pagador de impostos, arque com isso. É completamente diferente, Ver. Prof. Alex Fraga, perdoem-me dizer isso, do projeto da Ver.^a Fernanda Jardim, porque o projeto da Ver.^a Fernanda visava criar um vínculo entre o adotante e o adotado. Nós temos muitas crianças que precisam, sim, de adoção, e é uma relação que precisa ser construída. Então, precisa dar esse tempo, de fato, pois é um problema que precisa ter forma (Problema técnico no som.). Agora, a questão de nós dispensarmos um dia de trabalho porque fez uma doação ao banco de leite, eu não sei, até peço ajuda dos senhores vereadores. Doação de sangue também dá direito à folga, qualquer ação de boa-vontade dá direito à folga? Eu acho que isso faz parte das obrigações morais que todos nós temos e que, inclusive, fazem bem para nós. Toda a vez que a gente faz uma ação de benemerência, que a gente estende a mão, que a gente ajuda, faz bem para a alma de quem está fazendo e nos gratifica. Eu não vejo que precisa ter um dia de folga para isso. Na iniciativa privada também não tem, o senhor é de um partido que prega igualdade e nós precisamos ter isonomia, nós precisamos ter direitos iguais, o senhor mesmo diz isso. Se o privado não tem, como é que nós vamos começar a advogar, fazer benesses, benemerências com a nossa clientela em detrimento da sociedade, do pagador de impostos, do verdadeiro patrão de todos nós? A quem paga imposto, o cidadão, o contribuinte; é a esse que o nosso trabalho se destina. Então, eu acho que o projeto, sim, tem o mérito de chamar a atenção para isso, talvez fazendo campanhas educativas e tudo mais. Não me parece que seja correta a ideia de substituir um ato de benemerência por um dia de folga. Perdoem-me. Também acho que, no mérito, ele é interessante, traz uma ideia generosa; a forma

que está proposta não está correta. Eu, infelizmente, não posso votar favoravelmente a isso.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/18.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, agradeço ao Alex por me convidar para assinar junto este projeto. Ele bem defendeu o mérito das questões que envolvem tanto a necessidade, ou seja, têm crianças que necessitam de leite materno e, por outro lado, como é que a gente consegue incentivar objetivamente, permitindo que as mulheres consigam fazer as doações. Eu acho que o serviço público é a instância que regulamenta o trabalho que mais permite a gente garantir com que esses direitos sejam executados. Na iniciativa privada, infelizmente, o que move boa parte das empresas, dos negócios, é o lucro. Então, acho difícil eles adotarem as campanhas de conscientização no sentido de estimular as suas trabalhadoras a fazerem a doação do leite materno. Um dia a menos de trabalho é um dia a menos de rendimento; eu acho que o serviço público, por estar alicerçado em outros valores, em outros preceitos, pode, sim, contribuir com esse estímulo necessário, porque tem demanda. E, ao ter demanda, nós, enquanto vereadores, temos que legislar no sentido de absorver, de conseguir colocar os órgãos públicos, as instituições, os servidores, à disposição para quem tiver interesse estar respaldado. Então, é um projeto muito simples, é um projeto, como todos colocaram, necessário, e eu acho que cabe a nós regulamentarmos, vemos formas e maneiras de estimular que as mulheres consigam ter esse tempo garantido, e hoje a gente só consegue observar essa possibilidade nas servidoras públicas municipais. Se a gente conseguir ter um diálogo com a rede privada, eu acho que também seria importante tentarmos para que realmente houvesse uma campanha construída, tanto pelas entidades públicas quanto pelas entidades privadas. Hoje a gente só tem capacidade de estar conseguindo projetar dentro da esfera pública pelos argumentos que levantei anteriormente. Era isso, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/18.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Presidente Reginaldo Pujol, colegas vereadores e vereadoras. Eu nem iria falar, mas me causou impacto, fiquei impactada com a fala da Ver.^a Karen, que, na iniciativa privada, se prevê, se busca o lucro e, na iniciativa pública municipal, de funcionários públicos, se prevê o quê? Serviços. As pessoas têm de trabalhar e, cada vez mais, nós vemos a fala, que fica um tanto quanto ético, quem não autoriza, quem não permite que as mulheres

que queiram doar leite ganhem folga é do mal, enfim. Isso me deixa tão preocupada que a gente faz um trabalho, como se a caridade tivesse que obrigatoriamente receber uma folga. Não me lembro desse tipo de serviço. Na doação de sangue, a gente sabe que tem pessoas que passam mal, é menos sangue no organismo. Vou dizer a vocês que cansei de doar de sangue e trabalhar. Não mostre a mão, já diz uma passagem bíblica, não apresente a mão que doou à outra que quer receber. É um tanto quanto complicado esses projetos que preveem sempre o afastamento do servidor público. E a fala da Ver.^a Karen me choca mais ainda, que o privado prevê o lucro, quer o dinheiro, que é capitalista, não faz esse afastamento. Então, porque também a gente fazer com que o serviço público não faça bons serviços, não preste o bom serviço para a comunidade, seja na saúde, seja na educação. Tanto falam mal dos funcionários públicos que não trabalham, que sempre têm um jeitinho. Eu conheço vários funcionários públicos que trabalham muito bem, muito bem e não precisam da folga para fazerem caridade, fazerem o bem. Nesse momento de pandemia, parece-me mais uma troca de valores, eu te dou o leite materno, mas também quero alguma coisa. Senhores, eu sou mulher, estou aqui e trabalhei sempre até o último dia de gravidez e nunca fiquei todo o tempo de licença. Isso, muitas vezes, é importante para a mulher, muita depressão, porque fica ali só, enfiada só com aquele filho.

Eu tenho três filhos lindos, maravilhosos, bem resolvidos. E essa coisa desse feminismo enlouquecido, de uns grupos aí, me deixa chocada. Se as mulheres querem igualdade, que comecem com a igualdade dos deveres; a dos direitos depois. Obrigada, Presidente e vereadores.

(Não revisado pela oradora)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/18.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Boa tarde, meus colegas. Eu não iria discutir, mas, às vezes, dá um sentido de rebaixamento alguns argumentos da Ver.^a Karen, parece que tem raiva no coração. De vez em quando, o PSOL tem de ter um pouquinho de amor às pessoas. A iniciativa privada, Karen, é que dá muitos empregos para alguns do teu partido, ou tu não tens eleitor? Então, na realidade, a Karen, às vezes, apela. Nós temos de desmistificar, dando uma mensagem para todos aqui, que o funcionário público é de esquerda. Parece que a esquerda é dona desse patrimônio. Não é verdade, quantas vezes nós votamos a favor e vamos continuar votando a favor quando for justo, quando for legal para a defesa do funcionalismo. Agora nós temos de separar o joio do trigo, tem gente boa, tem gente ruim em todas as atividades. Karen, um pouquinho de amor no teu coração, esquece essa ideologia radical tua aí, e vamos olhar. Eu não vou votar, porque tu falaste isso, vou votar contra para mostrar que nós não dependemos de vocês. Nós temos de dar uma demonstração para eles, eles pensam que são donos do funcionalismo público, não é verdade. Nós ajudamos muitas vezes, eu já votei, muitas vezes, a favor do funcionalismo. Fui secretário de obras; poucos

secretários tiveram, dentro da secretaria, o amor e o companheirismo de funcionário como eu. Muitos passaram por lá, vários partidos - uns criaram até grandes raízes, mais do que nós, dentro do funcionalismo -, de direita, de esquerda, de centro. Não se leva ideologia para dentro de secretarias, não se leva ideologias para dentro de governos, o Governo tem de defender a cidade, e as secretarias têm de trabalhar para a cidade. Então, Karen, com esse pronunciamento, como porta-voz do Alex, foi péssima, consequentemente vou votar contra. Obrigado e um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa tarde, mais uma vez a todos e todas. Eu queria dizer que eu não sou pai, não tenho filhos, mas eu sou uma pessoa preocupada com o outro. Conheço bem a difícil vida das mulheres brasileiras e, em especial, as de Porto Alegre. Eu sei da importância da amamentação e sou muito solidário com essas mulheres que fazem de tudo para dar o bem-estar para as crianças desde a tenra idade. Acho que nós temos de nos preocupar, sim, com mulheres que podem ajudar muito essa questão da amamentação. Eu não sou daqueles que fazem uma divisão, como alguns fizeram aqui, entre o público e o privado. As empresas capitalistas mais atentas e modernas já viram que não é possível continuar tirando o escampo dos funcionários, maltratando os funcionários, fazendo uma política de arrocho maior com as mulheres, pagando menos. Olhem a discussão que ocorreu sobre a tentativa de mudança, na legislação trabalhista brasileira, quando se falou sobre a questão de as mulheres trabalharem em locais insalubre, desde o Ministério Público do Trabalho, a Justiça do Trabalho, os advogados trabalhistas até empresários se colocaram contra. Nós sabemos, também, distinguir a escumalha do capitalismo, os banqueiros, que são hoje os maiores sanguessugas do planeta, aqueles empresários, como alguns que têm aparecido na mídia, grandes sonegadores, mas grandes fomentadores de redes de TV (Problemas técnicos no som.). Alguns já foram presos e outros vão ser presos por sonegação, por bandidagem, por safadeza. Agora, eu não vou citar aqui, porque não vou fazer propaganda para nenhuma empresa, não estou nem autorizado para tal, mas tem algumas que têm agido completamente diferente. Sabe-se que não é mais possível que o estado de bem-estar social, que foi detonado de 1975 em diante, que foi tão importante para a social democracia, não vai voltar, evidentemente, até porque nem sou dessa facção, talvez eu até seja bem mais radical, ou melhor, não é talvez, eu sou bem mais radical. Ando lendo, ultimamente, um grande marxista, que estuda as cidades como ninguém tem estudado, David Harvey, e me dou conta de que, se nós continuarmos atacando a natureza, desdenhando os direitos humanos, desdenhando a dignidade das mulheres, em especial das crianças, das mães, nós, que já fomos para o fundo do poço, vamos nos enterrar e vamos nos matar. Não se trata aqui de uma disputa de esquerda ou de direita; isso aqui é uma disputa de um novo conceito de cidadania, de bem-estar, de

bem-querença, de aninhamento para crianças, de melhores condições de vida, melhores condições de saúde, ter um futuro melhor. Eu estou com a Karen, estou com o Alex, estou com os autores do projeto. Vamos votar favoravelmente, vamos trabalhar no sentido de uma ampla campanha. Se a pessoa não quiser a licença, não precisa tirar a licença, mas ela tem a possibilidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.).

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver. Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/18.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras. Na verdade, eu queria acrescentar, na fala dos meus colegas, que, com certeza, caridade não pode ser obrigatória, caridade tem de ser feita, porque “eu quero fazer esse ato”, porque “eu acho importante fazer essa doação”. Eu não quero trazer a questão se é privado, se não é privado, se é servidor, se não é servidor; não importa. Acho que isso tem de ser para todos. Também não tenho lado e não tenho preferência partidária para isso. Acho que a gente tem de ter um olhar para o ato em si. Quando tu oportunizas ao trabalhador, ao servidor esse dia, para que ele possa fazer esse ato de caridade, essa doação, o maior beneficiado com tudo isso é a criança. Esse é o olhar que a gente tem de ter, porque são muitas as crianças que precisam dessa doação. Infelizmente, quando não tem uma troca, porque a vida da maioria das pessoas é feita de trocas... O cara que é mesário, numa eleição, só é mesário, porque ele vai ter “x” dias de folga, muitas vezes, não estou dizendo que são todos, mas muitos se prontificam a trabalhar numa eleição para ter tantos dias de folga. Doadores de sangue, muitos são doadores de sangue, porque têm um dia que eles podem receber em troca disso. Infelizmente, a gente sabe disso, a vida é feita de trocas, de acordos, de acertos e tudo mais. Então, acho que temos de ter um olhar não para quem está certo ou está errado, acho que a gente tem de ter um olhar para quem é o maior beneficiário desse PL. Eu fui favorável pela aprovação do projeto, no parecer na COSMAM, pois, sinceramente, não importa se essa pessoa vai ter um dia ou não vai ter um dia de licença. Acho que o importante é que mais pessoas possam ajudar essas crianças que tanto precisam. Se não tiver essa troca, infelizmente, vão perder muito com isso. Acho que a gente tem de ter um olhar para esse fim que é o mais importante. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.).

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/18.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Sr. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, público que nos acompanha nesta sexta-feira de convocação extraordinária da nossa Câmara Municipal. Primeiro, eu queria dizer para a

bancada do PSOL que entendo o objetivo do seu projeto, em especial do Ver. Prof. Alex Fraga, mas entendo que ele não tem o mesmo sentido do projeto da Ver.^a Fernanda Jardim, que aprovamos. O projeto da Ver.^a Fernanda Jardim estabelece a licença para a servidora ou o servidor adotante, estendendo a idade da criança que está sendo adotada.

Apesar de entender o mérito deste projeto, eu realmente tendo a crer que é uma forma de premiar aquela pessoa que está fazendo uma caridade. Até porque o projeto diz que à funcionária lactante que realizar a doação de leite materno será concedido um dia de afastamento a cada mês, ou seja, não é para ela ir fazer a doação do leite materno; se ela fizer a doação, ganhará um dia como prêmio por ter feito aquele ato benevolente, aquele ato às vezes até de caridade.

E mais: o projeto ainda estabelece que a gestante que estiver em licença-maternidade – ou seja, ela já está no gozo da licença, que é um direito, todas as mães têm, não só as servidoras públicas -, se fizerem a doação, terão mais um dia de licença a cada mês que realizarem a doação. Então, creio que campanhas de conscientização, campanhas para que mais mães possam fazer a doação, independente de terem ou não o retorno de um dia de folga, entre aspas, creio que quando se quer fazer caridade, quando realmente se quer fazer o bem sem olhar a quem, não precisa de um retorno desse tipo. É muito diferente da licença-maternidade. Isso é uma premiação para uma pessoa fazer um ato de caridade. Não conversei ainda com a minha bancada, a bancada se sinta liberada, mas quero dizer que eu não vejo como positivo aprovarmos mais este projeto, mexendo no Estatuto dos Servidores do Município. Obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado Ver. Cassio Trogildo. Registro a presença do Ver. Paulinho Motorista. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/18.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Luiz Afonso. Presidente Pujol, meus caros colegas, é uma barbaridade ter que discutir um projeto desses. Eu acho que chega. O dinheiro, nem do Município, nem do Estado, nem das empresas e nem o dinheiro pessoal cai do céu! Eu não sei o que o PSOL quer, eu não sei de onde que ele pensa que o dinheiro surge. Esse partido pensa que o dinheiro vem do céu! O maná foi só uma vez lá no deserto, aquela fruta branca que caiu do céu para alimentar, como se fosse pão, o povo judeu que estava voltando para Israel. Isso foi só naquela vez. Depois de Cristo e depois daquela vez nunca mais caiu nada do céu! Então, não é possível a cada tempo nós termos que votar mais e mais e mais benesses para uma categoria ou para alguém. Quem quer fazer caridade não precisa de compensação, senão não é caridade, é uma troca, é um negócio de um dia para outro dia. Que negócio é esse?

Quando a minha mãe ficou doente, e eu conto isso com muito orgulho, uma negra, Tia Dica, nossa amiga, vive até hoje, com 89 anos, me amamentou durante dois

meses, 60 dias. Ela, ao contrário de cobrar alguma coisa em troca, ela sempre dizia: “É meu filhote branco!”. E eu dizia: “A Tia Dica é a minha mãe negra!” Isso, sim, é fazer caridade, é cuidar do próximo. Ela não olhou a cor, se eu era branco ou não. E eu, pequenininho, adorei ter sido amamentado pela negra Tia Dica - minha querida, eu chamo sempre ela de madrinha.

Então, vamos parar com isso de cada vez fazer projetos.... (Problemas técnicos no som.) a mulher dá leite para alguém e ganha um dia de folga.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o PLCL nº 016/18. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautor.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, novamente, senhoras vereadoras e senhores vereadores. Eu creio que o período de discussão, infelizmente, desvirtuou a essência do projeto. O projeto não visa conceder benefícios aos servidores municipais, ele visa estimular a doação de leite no Município de Porto Alegre. E, como todos desta Casa Legislativa devem saber, nós, vereadores, podemos produzir projetos de lei que atendam a cidade de Porto Alegre e que também versem sobre as carreiras dos servidores públicos desta cidade. Infelizmente, nós não podemos legislar sobre os trabalhadores da iniciativa privada e tão menos sobre os servidores públicos estaduais.

O nosso projeto de lei foi baseado em um projeto de lei federal, oriundo da bancada do PPS, da deputada federal Pollyana Gama Santos, portanto não é um projeto de lei que surgiu das ilustres cabeças do PSOL, a partir de um corporativismo de quem acha que é dono do servidor público. Não! De forma alguma, Ver. Cassiá. Nós, da bancada do PSOL, não nos sentimos donos dos servidores públicos municipais, mesmo porque existem servidores que são filiados a praticamente todos os partidos que têm representação nesta Câmara; portanto, não é verdadeira essa argumentação.

O que nós estamos querendo, o objeto em si da minha iniciativa em propor este projeto de lei é justamente aumentar o estoque de leite materno para os bebês recém-nascidos da cidade de Porto Alegre. A forma como buscamos isso é a forma como o nosso escopo de responsabilidade permite, concedendo licença para justamente atrair servidoras públicas municipais para que façam a doação e nós possamos aumentar os estoques para bebês prematuros - eles serão os principais beneficiados por essa iniciativa e não as servidoras públicas municipais. Eu gostaria de deixar esse breve esclarecimento no período de encaminhamento, como autor dessa iniciativa, justamente para esclarecer os fatos. Nós não estamos legislando em favor dos servidores públicos municipais; nós estamos legislando em favor dos bebês prematuros ou das crianças nascidas de mães que, infelizmente, por conta de questões da natureza, não conseguiram produzir leite para amamentar os seus filhos no período mais importante e mais sensível das suas vidas, que é o pós-parto. Portanto, peço a compreensão dos vereadores e

vereadoras, quando eu citei o projeto da Ver.^a Fernanda Jardim eu me referia à mudança na mesma lei, dentro do mesmo artigo da concessão de licenças, que versa também sobre o mesmo público, que seriam os servidores públicos municipais de nossa cidade. Obviamente não é a mesma natureza, mas é a mesma modificação legal que estamos propondo. Então agradeço a atenção de todos, volto a reforçar minhas palavras de que não é um projeto para benefício dos servidores públicos do Município, é um projeto para benefício das crianças de nossa cidade, dos bebês recém-nascidos, dos bebês prematuros, e uma entidade que muito nos ajudou na construção deste projeto foi a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que nos repassou dados alarmantes de que os estoques de leite materno são insuficientes para atender toda a demanda de nossa cidade. Muito obrigado, e seguimos ouvindo as argumentações de nossos colegas vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/18.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente. Colegas, as palavras acabam sendo mastigadas, às vezes, para ficarem palatáveis para as pessoas ouvirem, e a gente, ao ouvir as palavras, acaba até caindo no conto da sereia. Como não é um benefício para o funcionário público? Professor Alex, não subestime a minha inteligência! Mas, Professor Alex, vamos mais adiante ainda: doação de leite materno. Quem doa leite materno – eu não doo leite materno porque não sou gestante nem pós-gestante, não ganhei neném neste momento – é exatamente as mulheres que já estão em licença-maternidade, as que produzem ainda leite aos seus filhos e que poderão auxiliar, com o leite que sobra, excedente, oferecendo ao banco de leite. Então, às vezes, parece que as pessoas fazem uma fala tão rebuscada, tão calma, tão tranquila, tão bonita, com muita delicadeza, mas, só um pouquinho, não vamos nos enganar: é um benefício aos funcionários públicos, que já tem vários. E tantas pessoas falam mal do serviço público porque sempre está numa questão de licença, de folga. Tenho certeza de que aquelas mães que têm leite excedente e que estão já na licença-maternidade, ou que não estão, que continuam amamentando seus filhos e têm excedente de leite, poderão, sim, fazer a doação. Esse projeto poderia ser só de estímulo: Porto Alegre vai estimular as pessoas, as mães, as mulheres, a fazerem a doação de leite excedente. Ponto. Para que tem que ter a folga, para que tem que ter a licença? E volto a dizer, fico muito à vontade, os homens que estão aqui e falaram contra o projeto - parabênizo vocês pela coragem, porque o homem falar a respeito desta questão feminina pode criar atrito porque é machista. Eu tenho a certeza de que todos os senhores têm esposa, filhas, irmãs, mas é aquela questão ética que é jogada, é o joguinho feito para que a gente fique um tanto quanto sestroso: ah, mas será mesmo que precisa, eu votando contra – e eu vou votar contra esse projeto -, eu estou indo contra as mulheres. Não se sintam assim, senhores, porque eu tenho certeza de que todos aqui querem o melhor para os homens,

para as mulheres, para crianças, para idosos, para jovens. Agora, se tivéssemos um projeto fazendo campanhas de doação, seria muito mais bonito. Então, como mulher, deixo os colegas bem tranquilos, todos que me antecederam, e parabéns pela coragem de falar, porque muitas vezes as questões que implicam questões de mulheres, aqueles que forem falar contra, eticamente são tachados de machistas, o que é comum entre o pessoal de uma certa ideologia que avoca para si estes temas que são de todos nós, de todas as pessoas daqui, de todos os vereadores que querem o melhor para Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/18, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras. Achei que este projeto fosse bem mais tranquilo, porque para quem tem conhecimento de causa há uma certa naturalidade em defender este projeto. Quero falar porque tive a grande alegria e felicidade de ter sido gestor do Hospital Criança Conceição – HC C, e nestes dois anos em que fiquei como diretor administrativo lá, implantamos o Banco de Leite Materno para as crianças da UTI pediátrica. Quando o diretor da UTI pediátrica do Hospital Criança Conceição me chamou para apresentar a ideia e apresentar os bebês prematuros que chegam lá, aquilo é mais do que emocionante, e eu simplesmente entendi que leite materno não é apenas leite materno, é sangue, porque se você não tem o leite materno, você não consegue recuperar a vida de uma infinidade de crianças prematuras. Quem está dentro de um hospital que percebe o quanto é importante o leite materno, o sangue e tantas outras formas de poder recuperar a vida do cidadão, vai entender o tamanho gesto de uma mãe que vai para o hospital doar o leite materno. Quando nós instituímos o Banco de Leite Materno no Hospital Criança Conceição, as mães demoravam cerca de duas horas, porque não se tira o leite apenas uma vez só. Então eu me pergunto agora, com esses discursos deslocados, sem conhecimento de causa: se uma funcionária do Conceição for lá, não estando em licença-maternidade, ela ganha folga; agora se um cidadão comum possivelmente fizer esse gesto, com certeza essa empresa vai liberá-lo porque pode estar na convenção coletiva do sindicato. Agora, a Ver.^a Karen e o Ver. Alex trazem uma iniciativa importante dentro da área do funcionalismo, parece que há um estigma: só porque é funcionário público não pode. Tem coisas que precisamos olhar a necessidade e a importância, e este projeto é mais do que importante, porque para aquele bebê, para aquela família que vai receber ou aquela mãe que vai doar, ela tem uma simbologia mais do que importante, é como se fosse doar sangue. Eu dou este testemunho porque, não só presenciei, como ajudei a instituir o Banco de Leite do Hospital Criança Conceição, que depois ganhou até prêmio sobre isso, inclusive é uma referência,

indicada por área técnica das UTIs pediátricas; portanto eu não só defendo como vou votar favoravelmente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/18.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Colegas vereadores, muito boa tarde, quero, desde já, parabenizar o Ver. Prof. Alex Fraga pelo projeto. O senhor, vereador, conseguiu me sensibilizar pelo objetivo do projeto. O que o senhor conseguiu comigo com a sua explanação, inclusive técnica, da necessidade do leite materno, do benefício do leite materno, foi me sensibilizar; infelizmente o senhor não conseguiu sensibilizar a maioria dos colegas, mas a gente respeita a posição de cada um. Vou votar favoravelmente - votaria dez vezes favoravelmente. Infelizmente tem colegas que muitas vezes olha para o vereador e “ah, é o vereador tal, vou votar contra”, “ah, é do PSOL, vou votar contra”, “é da oposição, vou votar contra”. Eu não olho para isso. Esse projeto do senhor fala de vidas. O Ver. Oliboni falou: o mesmo benefício que tem o sangue, tem o leite também. Se tem algum colega que já morou no interior e viu um animal nascer prematuro, se a gente der leite de outra mãe, seja uma vaca, um leitão, seja um cachorro, por uma semana, o leite materno de outro animal, levanta aquele filhote. Assim também é com as crianças. Então, eu chego a me emocionar, porque quem já passou por isso sabe o quanto é necessário leite materno. Alguns colegas que falam de valores, dinheiro público... aí eu pergunto: quanto dinheiro público o governo gasta em besteira, por exemplo, com publicidade fora do Estado? E eu pergunto quantas mães vão estar amamentando em um mês, é um exemplo, quanto vai custar isso para a Prefeitura? Pelo amor de Deus, pessoal, esse projeto do Ver. Prof. Alex está falando de vidas, está falando de leite materno. A doadora do leite materno não pode ir lá e doar correndo, a mãe tem que estar descansada, relaxada, então, falta um pouco de sensibilidade, mas respeito, e mais uma vez eu repito, respeito a opinião dos todos os colegas, por isso votarei favoravelmente. Parabéns, Ver. Prof. Alex Fraga.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado Ver. José Freitas. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/18.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Eu resolvi encaminhar porque, acompanhando os discursos, algumas coisas foram ditas não correspondem ao que eu penso para ser contrário à proposta. Primeiro, eu não acho que aqui nós estejamos votando contrariamente ou favoravelmente ao servidor público. Eu tenho muitos amigos servidores públicos, acho que a grande maioria é muito capacitada,

muito competente, mas nós estamos tratando de alterar, sim, a lei que rege a carreira dos servidores públicos. Também não acho que aqueles colegas que aqui falaram, todo mundo aqui entende o quanto é importante a amamentação, o quanto é importante a doação de leite materno para aquelas crianças cujas mães não podem ou têm alguma dificuldade de amamentar, então, de tudo isso nós temos consenso, gente. Não vamos aqui, em função de divergir sobre uma proposta que está sendo apresentada, querer dizer que quem não votar favoravelmente é contrário ao funcionário público, contrário à amamentação; não é nada disso que estamos falando. Eu, particularmente, não concordo que um ato de caridade, um ato de benevolência seja premiado com um dia de folga. A minha posição é essa, simplesmente. Obrigado, Ver. José Freitas, por entender que as posições divergentes devem ser bem aceitas. Se o projeto dissesse assim: “Ficará dispensada do horário de trabalho a mãe que durante o momento que for fazer a doação...”, eu tenderia até a olhar de uma forma diferente, mas não é isso que está dizendo o projeto, o projeto está dizendo que mães que doarem num mês terão um dia de folga naquele mês, mães que estão amamentando e que forem doar terão mais um dia de licença gestante. Não é para estimular que as pessoas vão fazer a doação, porque elas já têm as condições para fazer. A mãe gestante ou a mãe que está de licença-maternidade, tem as condições para fazer a doação, por que ela deveria ganhar o prêmio de mais um dia por cada vez que for doar? Mas eu sei como será o final desta votação aqui, como tem sido o final de muitas votações: “Vereadores que são contrários a doação de leite materno por servidoras públicas votam contra”. Eu estou preparado, e não é por isso que deixarei de votar de acordo com a forma que penso. Não estou tirando o mérito dos proponentes, acho que poderia ser feito de outra forma, com outros incentivos. Benevolência e caridade, como V. Exa. faz, Ver. Oliboni, tem uma pregação inclusive religiosa sem receber nada em troca por isso. Aquelas pessoas que fazem benevolência, Ver. José Freitas, inclusive de forma assistencial, não recebem nada em troca em função disso, e são muito importantes as suas ações. Então, aqui não se trata de achar que é mais um benefício do servidor público, por isso achar que é contra benefício para servidor público... É simplesmente a contrariedade com a forma como está sendo feito de incentivar a doação de leite materno. Não acho que seja a maneira mais correta; por isso vou encaminhar pela não aprovação do projeto, com todo o respeito aos vereadores do PSOL, que, vira e mexe, têm projetos meritórios, assim como todos nós temos; às vezes temos projetos que não são aprovados, e muitos projetos do PSOL, do PT, de todas as bancadas, nós acabamos aprovando nesta Casa sem olhar quem é o proponente, e, sim, a forma que está sendo proposta e o objetivo que tem esse projeto quando é proposto. Mais uma vez me desculpem os autores, não poderei acompanhá-los nessa iniciativa. Muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado Ver. Cassio Trogildo. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Cumprimento mais uma vez todos os colegas, acho que o Ver. Cassio foi muitíssimo feliz na sua manifestação. Aliás, eu o saúdo e o parabeno por ter sido tão claro, tão transparente e tão cheio de razão nos motivos pelos quais pelo menos eu me senti contemplado. Eu não vou acompanhar esse voto, não se trata aqui de ser contrário ou favorável ao servidor público, à amamentação ou à doação de leite materno. Não é nada disso. Acho que todo mundo é favorável a esse tipo de prática, aliás comecei minha fala reconhecendo a importância do tema, reconhecendo o mérito do projeto, e discordei, desde o princípio, da forma, que foi o que justamente o Ver. Cassio colocou tão brilhantemente no seu encaminhamento. A forma, na minha opinião, está equivocada, e a forma importa. E aí eu faço questão também de responder ao Ver. José Freitas, eu não estou fazendo a minha decisão, o meu juízo de valor por conta de ser uma proposição do PSOL. Aliás, ontem mesmo eu aprovei um projeto - fiz emenda para ajudar o Ver. Adeli a aprovar o dele, que é do PT; já tive aprovações junto com o PSOL e já pedi voto para projetos do PSOL. Acho que não é o caso, e não é caso de ser contrário ao mérito de que as crianças se beneficiam. Acho que por trás dessa narrativa de que as crianças se beneficiam e que por isso temos que aprovar este projeto, esconde-se justamente uma forma da qual nós discordamos. Eu sou favorável à adoção de *pets*, por exemplo, que seria um tema que a Ver.^a Lourdes traria; eu seria favorável à adoção de crianças, talvez outras pessoas que trabalhem com o tema da assistência social e adoção de crianças gostariam de adentrar; e não por ser favorável a essas práticas que considero muito boas, eu serei favorável a que elas sejam feitas de qualquer jeito. Então, quando vocês em colocam na condição de que devo obrigatoriamente votar favoravelmente a este projeto por ser favorável ao aleitamento materno, vocês estão caindo em uma falsa dicotomia, esse é um argumento falacioso. Aliás, se eu sou favorável a *pets*, eu não preciso, por exemplo, conceder folga a servidores que decidirem adotar *pets*, é mais ou menos isso o que a proposição está trazendo e que eu aponte na discussão respeitosamente. Então, eu divirjo dessa forma, embora eu concorde com o mérito, por isso eu mantenho minha posição, respeitando as opiniões contrárias, mas eu voto “não”, além de obviamente ter a questão de vícios formais do projeto que foram apontados também na tramitação da matéria nas diversas comissões. Então, fica aqui o meu registro e um agradecimento pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/18.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Luiz Afonso, diretor competente, que está sendo, não uma revelação, mas uma reafirmação de competência no nosso Legislativo; Presidente Pujol, demais vereadores, eu assisti atentamente ao pronunciamento do Ver. José Freitas, que é um belo vereador e que tem um coração muito bom com a assistência, pela sua fé, pela sua religião. Eu queria

convidá-lo para eu e ele, todos, nós temos vários pastores na Câmara, para a gente fazer essa campanha nas igrejas, porque nas igrejas a gente faz campanha de doação, não é troca. Quando a gente vai à igreja, vai orar, vai pedir pela saúde de um irmão, vai à igreja para ajudar comunitariamente, a gente não vai esperando troca alguma, a não ser a troca do coração, aquilo que toca o coração da gente. Eu espero que as mães que façam a doação de seu leite materno, que é importantíssimo, tenham como recompensa a alegria no coração de estar doando, e não que elas participem de uma campanha, doando seu leite materno, que é importante e que não tem preço! Quando se trata de vida não tem preço, não pode trocar por um dia de trabalho. Ora, Deus deu a graça de ter mais leite com que ela pode sustentar o seu filho e os filhos de outras pessoas, isso é uma graça e por isso não se pode pedir nada em troca, não pode ter um dia de folga do seu trabalho porque doou o leite. Eu tenho certeza que nenhuma funcionária pública que queira fazer a doação espera um dia de folga, não! Quem faz esse tipo de atitude, essa benção, eu digo, é uma benção poder ajudar as outras pessoas, quem doa sangue, quem vai dar o leite materno, são pessoas abnegadas e elas precisam ser tratadas assim, como abnegadas e não como troca por um dia de trabalho – é muito pouco. Vamos fazer uma campanha nas nossas igrejas, nas nossas casas, nas nossas empresas, em todos os lugares, para que as mulheres possam fazer essa doação. Facilitar, isso sim! Se alguém da minha empresa quiser fazer doação de leite materno, eu, certamente, vou entender que nessas duas, três horas, ou meio dia em que ela fizer isso, ela pode fazê-lo, mas não ganhar um dia de troca por mês, aí não é doação. É essa a minha visão, eu não vou votar a favor desse projeto porque eu acho que a graça de Deus, que é ter mais leite para ajudar, não tem preço nem de um dia, nem de uma hora, nem de um minuto em troca, é de graça. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Sr. Presidente, não temos mais registros de inscrições.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Tendo em vista que matéria está devidamente encaminhada, vamos à votação do projeto, que não tem emendas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLCL nº 016/18. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 16 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitado o PLCL nº 016/18

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Permita-me dizer à Ver.^a Karen que, se eu fui muito duro com ela, eu já estou com o coração bem mole – é só retórica.

Quanto ao projeto, Alex, é meritório, se fosse indicativo, eu votaria, mas se começa a obrigar o prefeito e mexer no Estatuto dos Funcionários Públicos é mais complicado ainda. Mas, para concluir, digo que em seguida teremos a votação da previdência, que o Marchezan quer dar um calote, e eu estarei do lado do funcionalismo público – nesses momentos sempre estive junto com vocês. Um abraço, e votei “não”.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Pelo princípio humanitário, votei “sim”.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Eu aceito as desculpas, Cassiá, sei onde amarrei meu bode quando entrei para a política! Votei “sim” no projeto.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Embora o projeto seja importante, se fosse um indicativo, Karen, votaria “sim”, mas neste votei “não”.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Votei “não”, por todas as razões aqui exaustivamente faladas pelos colegas.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Votei “não”. Na tradição judaica, incorporada pela tradição cristã, caridade é um dever e, como tal, como já disse, não deve receber nenhum tipo de recompensa, senão a recompensa da nossa alma e do nosso caráter. Acho, sim, que é um benefício entre outros tantos que os servidores já têm e que vai ser pago pelo cidadão. Eu não concordo com isso, embora eu concorde que o assunto é meritório e mereça atenção.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Quero dizer que é uma matéria extremamente importante, vale a discussão. Acho que nós temos que fomentar cada vez mais a doação de leite, é uma matéria tão importante quanto a doação de sangue, mas a maneira como foi escrito o projeto eu entendo estar errada; então eu fui coerente com o meu parecer na CCJ e, apesar de achar meritórios a questão e o debate, votei “não”.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Daremos início à discussão do PLL nº 183/18. Considerando que o projeto é de autoria da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, eu sou o primeiro peticionário, já que assumi a presidência da comissão; portanto, solicito ao Ver. Paulo Brum, Vice-Presidente da Casa, que assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Perfeito, meu líder, meu Presidente, Ver. Reginaldo Pujol. Deixo que o nosso diretor legislativo, Dr. Luiz Afonso, siga os procedimentos regimentais.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1396/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 183/18, de autoria da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, que estabelece as normas de instalação e de funcionamento de circos itinerantes no Município de Porto Alegre e dá outras providências. **(SEI 087.00060/2019-74)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Prof. Alex Fraga: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 28-08-19 por força do art. 81 da LOM.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em discussão o PLL nº 183/18. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar novamente a todos. Bom, o projeto tem um autor que marcou época aqui no nosso Estado. Ele não é gaúcho, veio do Rio de Janeiro, aqui fez a sua vida no esporte, na política, mas não é só por isso que eu vou votar. Quem de nós não foi criança? Quem de nós não tinha paixão pelo circo? Ah, eu me lembro, em São Borja, quando o Teixeirinha ia ao circo, *a Mary Terezinha*, tudo que é cantor. João Bosco, tu viste isso lá em Bagé, que maravilha era aquilo, nós saíamos de noite e íamos para o circo, tudo iluminado. Hoje, pobre do circense, não tem nem onde estabelecer a sua barraca, não dão nada, não oferecem nada, não ajudam. O que este projeto está pedindo é o mínimo para ter condições de se estabelecer. Às vezes, tem que alugar um terreno para as famílias, quando a Prefeitura tem milhares de áreas. E quem está nos escutando sabe que a Prefeitura tem mais de 3 mil terrenos, não sei por que não vende isso aí, são alugados, às vezes, por 50 pilas.

Então, na realidade, a nossa comissão encampou – parabéns a todos! –, não tem como votar contra. Olha, quem não foi criança? Pelo amor de Deus, João Bosco! No interior, então, isso era uma festa para nós. Agora, ainda mais numa crise dessas, esse pessoal está sofrendo, esse pessoal não tem dinheiro, não tem renda.

Um circo itinerante... Olha, itinerante é a coisa mais bonita no sentido que ele circula pela cidade – a Prefeitura até deve incentivar que vá aos bairros. Ou vocês acham que tem condições de botar um circo na orla? A comunidade lá do bairro pobrezinho vai à orla? Não, ele precisa ficar lá praticando esporte, lazer, cultura. Isso é uma coisa que nos toca fundamentalmente no coração, relembra o passado de todos nós. Aquilo parece que está até hoje na mente da gente, Pujol. Nós somos do interior, Bosco – tem muita gente do interior –, e nós acabamos aqui, a capital nos recebeu, hoje nós somos mais porto-alegrenses até do que da cidade em que nascemos; e aqui eu não me lembro de ter visto circo, embora a gente tenha áreas aos montes. Olha, como é bom criar coisas simples, mas que o cidadão da comunidade, do bairro, adora e ampara. A Prefeitura se preocupa com grandes obras, mas o que o cidadãozinho lá do bairro quer é que o esgoto dele não corra a céu aberto, que tenha iluminação para ter segurança, que tenha uma quadra de esportes onde ele possa praticar, João Bosco, e que tenha um circo para se divertir, de dia ou de noite, dia de semana ou final de semana - são coisas simples que eles exigem do poder público. Nesse sentido, eu vou votar favoravelmente e tenho certeza de que nós vamos dar uma resposta positiva. Votarei “sim”, vou acompanhar a nossa comissão e todos os que colaborarem nesse sentido. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, não há mais inscritos para discutir a matéria.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o PLL nº 183/18. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautor.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Acho que de certa forma, Ver. Paulo Brum, a quem eu agradeço por estar conduzindo os trabalhos com sua eficiente e competente direção, acho que antecipamos a nossa emoção por ter votado esse projeto, fruto de um trabalho do ano inteiro. A comissão que eu integrava, na ocasião, junto com o Tarciso, contava ainda com o Ver. Cassiá, da hoje deputada, Sofia Cavedon, e do Ver. Medina, que junto conosco compunha o quinteto daquela comissão. Durante aquele ano, em muitas reuniões, nós ouvimos os participantes dessas atividades, que alguns julgam estar em extinção, e que no entretanto, para o chamado Primeiro Mundo, hoje é uma demonstração fidalga e refinada da melhor pureza da arte, que mistura a possibilidade da performance física com a ginástica rítmica, que são, em última análise, componentes deste processo; nunca deixando de lado a figura sempre requintada e especialmente proclamada pelas crianças, do palhaço, num *show*, que com sua simpatia faz com que uma e outra atividade circense seja intercalada pela sua presença. Não falo do circo com animais, cuja atuação e persistência hoje é muito contestada, pela forma com que são adestrados esses animais, mas falo da *performance* humana do trapezista, do palhaço, do globo, enfim, de tudo que fez, lá em Quaraí, a

minha alegria – de tempos em tempos chegava uma trupe com comediantes, com os participantes do circo. O circo ainda hoje existe. Aqui em Porto Alegre, especialmente na Zona Sul, com muita frequência a gente vê que eles mostram exibição. Hoje, como todas as atividades artísticas que atraem o público, está sem atividades, mas não morreu, continua presente na memória de muitos de nós, dentre os quais eu me incluo, mas também sendo lembrado por várias pessoas, muito mais nas periferias das grandes cidades, pelas crianças, pelas professoras e pelos adolescentes. Então, organizar essa atividade aqui em Porto Alegre foi um desafio que nos foi apresentado há um tempo atrás, o nosso presidente da época, José Tarciso de Souza, com muito esmero e dedicação organizou várias reuniões que resultaram nesse projeto de lei, onde a presença comunitária é absolutamente determinante naquilo que ele escreveu e que foi por nós reconhecido, através das nossas assinaturas.

Então eu homenageio o Tarciso, e com ele todos aqueles que dividiram comigo aquele momento na nossa comissão, e tenho a confiança e segurança que essa matéria será aprovada, porque é uma contribuição a mais que a Câmara Municipal de Porto Alegre oferece, no sentido de integrar cada vez mais a comunidade com a sua atuação permanente e objetiva.

Eu tenho certeza que a maioria da Casa, senão a totalidade, aprovará o presente projeto de lei que não é meu, não é da Comissão, não é do Tarciso, é de todos aqueles que contribuíram da sua maneira com a sua elaboração e sua proposta. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 183/18.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, nobres vereadores, Ver. Pujol, que na época era nosso presidente da CECE, parabéns os nobres colegas por este importante projeto, inclusive, o saudoso Tarciso Flecha Negra, como nosso presidente já citou, que fazia parte da comissão em 2018. Esse projeto visa facilitar as normas para instalação dos circos em Porto Alegre; é uma prática saudável que deve ser sempre incentivada por todos. Seremos favoráveis ao projeto, com muita alegria. Deus os abençoe. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 183/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado à DL, eu não conseguia liberar o meu microfone para falar. Eu gostaria de pedir a todos os vereadores e vereadoras o apoio a esse projeto de lei, que foi criado em 2018 pela CECE da nossa

Casa Legislativa, e tem as assinaturas, entre outras, do nosso Presidente Pujol e do nosso saudoso, falecido, Tarciso Flecha Negra. Na fala que me antecedeu o Ver. Reginaldo Pujol demonstrou toda a sua sensibilidade, falando até mesmo em alguns momentos com a voz um pouco embargada, justificando que essa atividade é uma atividade que é muito tocante a todos nós. Eu acredito que faz parte, o universo circense, da maior parte da infância dos representantes vereadores e vereadoras do povo de Porto Alegre. Portanto, há a necessidade de que a nossa cidade estabeleça um regramento básico para organizar o estabelecimento desses espetáculos que são muito bonitos, que nos remetem à nossa infância, a momentos queridos que passamos junto com os nossos familiares, com irmãos, com nossos pais. É um projeto que, a partir da fala do Ver. Reginaldo Pujol, tenho certeza de que acertei em colocar no meu tempo de priorização para essas sessões extraordinárias. Parabéns ao Ver. Reginaldo Pujol e parabéns ao nosso saudoso Ver. Tarciso Flecha Negra por esta iniciativa, e pedimos o apoio das outras bancadas, porque os artistas circenses, assim como todos os demais representantes da classe artística da nossa cidade, neste momento difícil de pandemia, estão sofrendo muito, estão completamente desassistidos, e é um público que, infelizmente, por conta das restrições que impõem o isolamento social, o distanciamento das pessoas, é uma das atividades que, infelizmente, não poderá retornar tão rapidamente, mas, quando possível, que nós tenhamos pelo menos um regramento estabelecido para que eles possam atuar de forma mais tranquila e mais segura. Um grande abraço a todos, e seguimos na votação, esperamos a aprovação, senão por unanimidade, pela ampla maioria da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 183/18.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Obrigado, Presidente em exercício, Ver. Paulo Brum. Eu vou falar muito rápido que é muito mais para exaltar e parabenizar por esta iniciativa, e agradecer ao Presidente Reginaldo Pujol por ter dado continuidade a este trabalho que iniciou com o nosso saudoso Ver. Tarciso, e também parabenizar o Ver. Prof. Alex por ter escolhido essa matéria para trazer para a votação na convocação extraordinária. Devemos aprovar, sim, essa iniciativa para que os circos – os circos itinerantes fazem parte da nossa memória de infância - possam fazer parte da memória e da infância das crianças dos dias de hoje e do nosso futuro próximo, para que tenhamos esse programa de incentivo estabelecido em Porto Alegre, com espaços adequados e reservados para que os circos possam continuar com as suas atividades. Parabéns ao Presidente Pujol, parabéns também ao Prof. Alex e ao nosso saudoso Tarciso, que deixa esse legado de quando ainda era presidente da nossa CECE. Obrigado, um grande abraço a todos e vamos aprovar o projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 183/18.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Muito bem. Eu quero cumprimentar o senhor, cumprimentar o Ver. Pujol, todos os colegas vereadores e vereadoras. Em 2018, eu não estava na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude da cidade de Porto Alegre. Hoje eu me encontro nessa comissão, mas não poderia deixar de saudar todos os membros que elaboraram este projeto naquele momento e ajudaram para que nós revivêssemos os bons momentos que vivemos juntos com o nosso saudoso Tarciso Flecha Negra, nosso colega vereador, que marcou o seu tempo, está em nossas memórias e na memória da cidade para sempre. A cultura circense é uma cultura que persiste através dos séculos, e nós precisamos compreendê-la e apoiá-la, porque a dedicação que os artistas de circos têm que exercer sobre as suas vidas, eles elaboram uma doutrina de vida, um sistema diferenciado de vida, e quero dizer que fiquei aqui lembrando os nossos tempos, Ver. Alvoni, de circo lá na nossa cidade do interior onde ficávamos eufóricos quando víamos aquela lona se estendendo. Isso está na memória de todos nós e na memória de qualquer criança, num picadeiro, quando vem o palhaço ou comprando a pipoca e assim por diante. Então esse público merece um acolhimento de nossa cidade. Quero dizer que fiquei muito triste esta semana, quando ouvi também a notícia que uma das maiores companhias de circo do mundo, o Cirque du Soleil, tinha entrado em falência, tinha pedido concordata no Canadá. Muitas vezes, nós recebemos ele aqui, principalmente, no BarraShoppingSul, é o *top* dos circos no mundo, mas nós estamos falando aqui dos pequenos circos também. Dito isso, eu gostaria de lembrar aos colegas que nós estamos precisando que o Município de Porto Alegre, através do secretário Alabarse, da Secretaria Municipal da Cultura, se pronuncie imediatamente para toda a categoria cultural da cidade de Porto Alegre. Com a Lei Aldir Blanc - Ver. Alvoni preside a CECE neste momento - estamos pedindo que o Município se pronuncie o mais rapidamente possível para apresentar os critérios para que possa estender os mais de R\$ 9 milhões, que o governo federal já destinou para Porto Alegre, também para a cultura circense; que possam essas pessoas receber esses recursos neste período de pandemia em que não estão conseguindo trabalhar, em que não estão conseguindo produzir. Portanto, em meu nome, em nome da minha bancada – Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Adeli Sell e Ver. Marcelo Sgarbossa -, nós votaremos favoravelmente; quero aqui novamente trazer o abraço aos colegas vereadores em nome da memória do nosso colega Tarciso Flecha Negra. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, vereador. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 183/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Paulo Brum, quero cumprimentar mais uma vez todos os colegas e fazer dois resgates somente. Primeiro, cumprimentar, assim como o Ver. Cassio fez, o Ver. Alex por trazer o projeto em conjunto com a comissão de educação e a memória do nosso ex-colega Tarciso Flecha Negra e também deixar meus cumprimentos pelo projeto. Eu vou votar favoravelmente, acho que é muito importante esse projeto para tornar aí mais clara justamente a forma de estabelecimentos dos circos e atividade aqui na cidade de Porto Alegre. A gente sabe do problema que é a insegurança jurídica e também a falta de clareza e de objetividade das regras para os empreendedores, o que com os circos não é diferente. Então saúdo a iniciativa feita pela comissão e representada pelo Ver. Alex, que trouxe para a nossa votação. Deixo registrado os meus parabéns e encaminho um voto favorável à matéria.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Temos mais alguma inscrição, diretor Luiz Afonso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não temos mais inscritos, Sr. Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Então peço ao nosso diretor legislativo faça os procedimentos regimentais.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLL nº 183/18. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Declaro aprovado o PLL nº 183/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Votei “sim” com louvor.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Votei “sim” com louvor.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Votei “sim” com louvor.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Assim, como as crianças precisam ser amamentadas, elas precisam também de alegria. Votei “sim”.

(O Ver. Reginaldo Pujol reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço ao Ver. Paulo Brum a gentileza de ter conduzido os trabalhos de forma exitosa como conduziu. Obviamente já foi declarado aprovado por unanimidade o projeto. Cumprimento a Casa pela decisão que, como assentaram muito bem vários vereadores, foi uma homenagem póstuma que nós fizemos, com toda a razão, ao nosso saudoso companheiro José Tarciso de Souza.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0131/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 065/19, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que institui o Programa SOS Idosos Desaparecidos. **(SEI 087.00153/2019-07)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 09-12-19 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLL nº 065/19. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Alvoní Medina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Agradeço o carinho do nosso Presidente; nobres colegas vereadores, público que nos assiste pela TV Câmara; o presente projeto surgiu após ouvirmos vários relatos de desaparecimento de idosos através da delegacia do idoso da capital. A partir daí, pensamos em formular um programa para melhoria da divulgação dessas informações. O programa visa fortalecer a rede de atendimento ao idoso, através de campanhas para prevenção do desaparecimento de idosos e orientação sobre os procedimentos a serem adotados em caso de constatação do desaparecimento de uma pessoa idosa, bem como para prevenir golpes ou evitar situações de risco. Buscamos também promover ações, eventos para orientar o que fazer após constatar o desaparecimento - divulgar foto dos idosos e também os telefones de órgãos e entidades públicas que realizam atendimento, incentivando a criação de um sistema de comunicação entre órgãos públicos, para obter informações de idosos desaparecidos, dentre outras medidas. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os estados com maior número de pessoas

desaparecidas em 2018 foram São Paulo, 24.366 idosos; Rio Grande do Sul, 9.090 idosos; e Minas Gerais, com 8.594 desaparecidos. Em termos relativos, taxa de desaparecimento por cem mil habitantes, os maiores índices são do Distrito Federal, 84 pessoas; do Rio Grande do Sul, 80 pessoas; e Rondônia, 75 pessoas. Seguindo informações da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, a principal razão para o desaparecimento de um idoso é o esquecimento e a falta de memória devido a doenças como o Alzheimer, muito comum após os 60 anos. Outra situação problemática ocorre com idosos que se deslocam sozinhos para receber benefícios de pensão e aposentadoria em bancos. Dessa forma, tornam-se alvos fáceis para assaltos e sequestros relâmpagos. Inclusive, hoje, eu estava assistindo ao Jornal do Almoço e, em São Leopoldo, um casal de idosos foi abordado na sua própria casa, sequestrado pelos meliantes, levado a bancos. Levaram joias e vários eletrodomésticos de dentro da casa desses idosos e saíram com eles pela cidade, causando um grande transtorno para esses idosos, inclusive o senhorzinho foi parar no hospital. O Rio Grande do Sul é o Estado com a maior população idosa do Brasil. Só em Porto Alegre, são mais de 210 mil pessoas acima de 60 anos. Muitos desses idosos sofrem violência por parte de quem tem o dever de cuidar, inclusive, em casa ou dentro de instituições de permanência. Um dos problemas mais comuns, relacionados aos idosos, é o desaparecimento; por isso é necessária a realização de campanhas educativas, preventivas, para evitar o desaparecimento e prevenir situações de risco. Portanto, peço o apoio dos colegas para a aprovação deste projeto. Que Deus nos abençoe. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 065/19.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Boa tarde, novamente; um abraço, Presidente; parabéns Ver. Medina, essa área do idoso é muito ampla. Eu me lembro de que, há muito tempo, se não me engano na segunda vereança minha, eu apresentei um projeto simples, pois os bancos faziam os idosos subirem as escadas para serem atendidos. O meu projeto dizia uma coisa simples: os idosos, os deficientes físicos e gestantes deveriam ser atendidos no térreo, quando não houvesse elevador. Então, os bancos acabaram, naquele tempo, se acostumando. Não havia muita lei para os idosos, a coisa ia meio assim... Mas, com o tempo as coisas foram melhorando; a gente foi criando esse consentimento de que o idoso é uma pessoa importante, ele é um grande consumidor, ele tem uma capacidade enorme. E um outro aspecto que também me chama a atenção geralmente é causado pelas famílias. Olha, o que tem de gente enganada por suas famílias que tiram o dinheiro da sua aposentadoria, deixando-os no ostracismo, só pegando o dinheiro. Então, tudo isso que nós estamos levantando aqui, todo o projeto que vem em relação ao idoso, o cuidado, a fiscalização, é muito bom. Então, Ver. Medina, conte com o nosso apoio, vamos votar; é uma área muito importante, em que todo dia estamos vendo situações dramáticas de idosos, que têm que

ter - já está em muitas leis - preferência, dependendo da situação, exclusividade, cada caso é um caso, mas é, sem dúvida, um percentual altíssimo da população de Porto Alegre e brasileira que precisa ser, sim, amparado por leis. Nesse sentido é que nós vamos votar favoravelmente, entendendo que é muito importante essa questão, o desaparecimento traz transtornos enormes para a sociedade. E depois, se não tiver proteção, essa pessoa, além dos problemas já salientados aqui por todos nós, e por ti principalmente, não tem volta, nem para a família, acaba se tornando um andarilho, conseqüentemente não volta e não recupera nada daquilo que nós pretendemos sempre, que a família tenha obrigação de conservar e proteger os idosos. Parabéns, e vamos votar favoravelmente com muito louvor.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 065/19.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo, nobre Presidente, colegas vereadores e vereadoras, parabenizo os autores deste projeto de lei, Ver. Medina e seu colega Ver. José Freitas. Acho que é uma medida de prevenção. Eu posso falar por uma experiência que tive quando deputado estadual na Assembleia Legislativa quando criei a Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas Desaparecidas em função de uma orientação da Secretaria de Direitos Humanos, que, na época, era a Ministra, nossa querida deputada gaúcha, Maria do Rosário, que, por sua vez, tinha uma série de políticas que dialogavam com estados e municípios na ideia de implementar um cadastro único de pessoas desaparecidas no Brasil. O Ministério da Justiça também estava trabalhando na questão desse cadastro único, porque, à medida que desaparecia uma pessoa aqui no Estado, ela não tinha interlocução com o restante do País e nem com outros países. Então, lamentavelmente, a busca dos familiares se tornava inglória, e os familiares procuravam muito a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Nós percebemos que um projeto que a própria deputada Maria do Rosário tinha feito, que é a busca imediata, interagindo com as informações, não funcionava. Eu pude, com essa frente parlamentar, se permite, meu nobre colega Medina, viajar pelo Estado todo. E realmente os números são alarmantes, a gente não tem noção... Esses números que tu nos trazes são reais, os números são grandes. Por exemplo, se, a cada ano, desaparecem 6 mil pessoas no Estado do Rio Grande do Sul, são encontradas, no máximo, 50%, os outros 50% tu não tens notícias. Só que eu não falo somente de idosos, falo do universo, crianças, adolescentes, todos. Inclusive, agora, tu me deste uma ideia, como eu tenho conhecimento de causa por ter militado, vou apresentar uma sugestão e vou convidá-lo para assinar, e os demais vereadores que queiram, para ampliar para crianças e adolescente. Por que eu digo isso? Porque os pontos de tráfico de pessoas e as pessoas desaparecidas atuam em quatro regiões aqui no Estado do Rio Grande do Sul, estão em Porto Alegre, na Grande Porto Alegre, na serra e na fronteira.

E, por incrível que pareça, na fronteira, o maior número de pessoas desaparecidas são de meninas, crianças, adolescente, meninas, possivelmente por exploração sexual. Então, acho que esse tema dialoga com a questão da saúde pública, com a questão da segurança pública, e acho que os executivos, principalmente das capitais, têm que trabalhar esse tema. Até porque hoje a segurança pública do Estado está muito mais preparada e ampliou as políticas de prevenção, como está acontecendo da não violência contra a mulher. Então, quero parabeniza-lo e dizer que é uma boa causa, creio que terá unanimidade este seu projeto, parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra encaminhar a votação do PLL nº 065/19.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Inicialmente, quero cumprimentar o colega Ver. Medina pela iniciativa, e fico tão surpresa de ver esses números de pessoas desaparecidas, que só tomamos conhecimento quando algum vereador se empenha num projeto desses. A minha preocupação, por vivência, e o senhor sabe, Ver. Medina, é com os maus-tratos nas clínicas. Eu já acionei a Prefeitura, no outro mandato, para que se intensificasse a fiscalização, pois, como existem poucos fiscais para essa área, na área de vigilância sanitária, normalmente eles fazem uma fiscalização por ano. Nós temos vários problemas em clínicas; no mês passado tivemos que envolver a polícia no caso de uma clínica - os vizinhos acionaram. Então, esse seu projeto é muito importante, é para trazer, para dar visibilidade a esses desaparecimentos. Desaparecem os idosos, muitas vezes não têm familiares e fica por isso mesmo.

E quanto ao que disse o Ver. Oliboni, é importante esse cadastro de desaparecidos. É muito triste a pessoa ficar por aí, sem saber o que está acontecendo, sem ter um amparo, identificação. Parabéns, Ver. Medina, claro que votarei favoravelmente a seu projeto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra encaminhar a votação do PLL nº 065/19.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Obrigado, Presidente, eu me inscrevi para parabenizar a iniciativa do Ver. Alvoni Medina. Este projeto tramitou na Comissão de Constituição e Justiça em 2019, fui o relator na CCJ; a Procuradoria da Casa não viu nenhum óbice à tramitação jurídica, o nosso parecer foi favorável pela questão da constitucionalidade, Ver. Alvoni Medina. E, agora, no mérito, quero dizer a V. Exa., agora relendo a sua exposição de motivos, que é realmente bastante elucidadora a necessidade dessa sua iniciativa, quando diz que, somente em 2017, mais

de 9 mil pessoas foram dadas como desaparecidas, que 8 mil foram encontradas e que mais de 16 mil pessoas constam lá nos registros da Polícia Civil como pessoas desaparecidas. Então, quero parabeniza-lo pela iniciativa, é um projeto que está criando o Programa SOS Idosos Desaparecidos, que prevê uma campanha de prevenção, orientação e divulgação, um sistema unificado de comunicação e palestras, seminários, eventos, ações educativas, bem como fatalmente precisam ser as nossas iniciativas, não gerando obrigação, mas, sim, contribuindo para que se faça realmente um programa e uma grande formatação para que V. Exa. e para que nós, aprovando o projeto, possamos dar um atendimento melhor às pessoas idosas cujo volume só aumenta na nossa cidade e também no País, mas em especial na nossa cidade de Porto Alegre. Parabéns, e encaminhamos pela aprovação de seu meritório projeto.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLL nº 065/19. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovado o PLL nº 065/19 por unanimidade

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, faço um requerimento verbal solicitando que o PLL nº 218/19, de minha autoria, seja a primeira proposição a ser apreciada na sessão extraordinária a ser realizada na próxima segunda-feira, dia 27 de julho de 2020.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu não posso garantir que a matéria referida possa ser apreciada em primeiro lugar em razão de haver outros projetos de lei que podem ter prioridade regimental em relação ao seu projeto. Em princípio V. Exa. será contemplado.

Consulto a nossa Diretoria Legislativa se temos ainda alguma matéria a ser apregoada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a presença e a contribuição de todos. Desejo a todos um bom final de semana, com muita reflexão sobre os nossos problemas, de Porto Alegre, do Estado, do Brasil e do mundo com essa pandemia que teima em persistir. Vamos enfrentá-la e esperamos que em breve possamos anunciar a vitória do povo brasileiro contra essa falsa importação.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h19min.)

* * * * *